

All correspondence referring to announcements and subscription of Government Gazette must be addressed to its Administration office. Literary publications will be advertised free of charge provided two copies are offered.

Toda a correspondência relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se receberem dois exemplares anunciam-se gratuitamente.



## SUBSCRIPTION RATES — ASSINATURA

	YEARLY (Annual)	HALF-YEARLY (Semestral)	QUARTERLY (Trimestral)
All 3 series (As 3 séries)	Rs. 40/-	Rs. 24/-	Rs. 18/-
I Series	Rs. 20/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-
II Series	Rs. 16/-	Rs. 10/-	Rs. 8/-
III Series	Rs. 20/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-

Postage is to be added when delivered by mail —  
Acresce o porte quando remetido pelo correio

# GOVERNMENT GAZETTE

## BOLETIM OFICIAL

## GOVERNMENT OF INDIA

Ministry of Steel, Mines and Metals

(Deptt. of Mines and Metals)

Office of the Controller of Mining Leases,  
Goa, Daman and Diu

Order

CML-GOA/Z-499/238/69

These are 4 cases for modification of terms of the mining leases held by Shri Krishnan Wamon Kenny, Mine Owners, Panjim.

(Tradução)

## GOVERNO DA INDIA

Ministério de Aço, Minas e Metais

(Departamento de Minas e Metais)

Repartição do Controlador de Arrendamentos  
de Minas de Goa, Damão e Dio

Portaria

CML-GOA/Z-499/238/69

Estes são os 4 casos para modificação das condições dos arrendamentos de minas, pertencentes à Sr. Krishnan Wamona Kenny, Mine Owners, Pangim.

Sr. No.	Case No.	Title No. and Date of Lease	Mineral/s	Village	Area in hectares
N.º de série	Caso n.º	N.º do título e data do arrendamento	Minério/s	Aldeia	Área, em hectares
1.	Z-499	10 of 11-4-1956	Fer/Mang.	Maulinguem e Curchirem Satari Tq.	57.6900
2.	Z-506	17 of 11-4-1956	Fer/Mang.	Advoi Satari Tq.	77.2500
3.	Z-564	23 of 20-5-1957	Fer/Mang.	Nanora Bicholim Tq.	27.8710
4.	Z-746	67 of 28-9-1959	Iron	Corlim e Gandaulim	93.7200

Notices were served on the lessees in which the proposed modifications were mentioned and it was urged that the leases are not liable to be modified firstly because they are not lessees, but concessionaires and secondly the Mining Leases (Modification of Terms) Rules, 1956 (hereinafter called the 'Rules') defines the term 'existing mining lease' as those Mining Leases which were granted before the 25th day of October, 1949, hence the leases which were granted after the 25th October, 1949 cannot be modified.

I have given my anxious and careful consideration to the above points and in my view, these contentions have got no force.

The first contention was that the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 (hereinafter called the 'Act') and the Rules do not apply to these cases as these persons are concessionaires and not lessees. In my view this

Foram expedidos avisos aos arrendatários, mencionando as modificações propostas e o advogado de defesa, dos arrendatários, arguiu que os arrendamentos não estavam sujeitos a serem modificados, em primeiro lugar, porque os seus clientes não eram arrendatários, mas concessionários e, em segundo lugar, porque o «Mining Lease (Modification of Terms) Rules», 1956 (referido daqui em diante como «normas») definia o termo «actual arrendamento mineiro» como sendo os arrendamentos de minas concedidos antes de 25 de Outubro de 1949 e, por isso, os arrendamentos de minas concedidos depois de 25 de Outubro de 1949, não podiam ser modificados.

Tendo apreciado, cuidadosamente, as alegações acima feitas, sou do parecer que as mesmas não tem força de lei.

A primeira alegação é de que o «Mines and Minerals (Regulation and Development Act), 1957 (referido daqui em diante como «citado Act») e as normas formuladas ao abrigo do mesmo, não tinham aplicação aos casos vertentes porque as partes interessadas eram concessionários e não arrendatários. No meu parecer esta alegação não tem força de lei porque o presente caso tem de ser encarado a fundo

contention has got no force, as we have to look to the pith and substance of the case and not to the form or words which have been used under the Portuguese Law. The Act defines the Mining Leases and Mining operations as follows:

Section 3 (c): «mining lease» means a lease granted for the purpose of undertaking mining operations, and includes a sub-lease granted for such purpose.

Section 3 (d): «mining operations» means any operations undertaken for the purpose of winning any mineral.

These definitions are very wide and include any deed granted for mining operations and the mere fact that under the Portuguese Law they were called mining concessions instead of Mining Leases would not make any difference.

The concessionaires cannot deny that they are operating the Mines under the deeds called Concessions. It will be significant to note that under the Portuguese Colonial Laws, Mining Concession was defined in almost similar manner and gave the power to the concessionaires to operate the mines.

The relevant definitions read as follows:—

Section I (u): «Mining Concession» is that which is granted to the manifestor and permits him to explore a mining property and to enjoy thereon all mining rights. It is unlimited in duration as long as the concessionaire complies with the conditions which the law and the title of concession imposed on him.

Section I (v): «Title of Concession»; A document legally establishing a concession.

Article 2 says that the proprietorship of deposits of metals and metaliferous minerals, belongs to the State and such beds cannot be prospected or worked without licence and concession by Government in terms of the present Decree.

Article 9 is very significant to note because it used the word 'Concessionaires or Lessees' of mines. It shows that even under the Portuguese Law Concessionaires and Lessees were synonymous.

Article 14 says that the concession of an ore does not imply possession of the surface of the ground in which it is found, but involves for the concessionaires and the proprietor of the ground certain rights and reciprocal obligations in accordance with the terms of law.

Articles 42, 73 and 91 prescribe the tax etc. which are to be paid by the Concessionaires.

These provisions of the Portuguese Colonial Mining Law clearly show that the concessionaires and Lessees are the same and the difference was only of nomenclature.

I accordingly hold that the concessions are in essence Leases and as such they can be modified under the Act and Rules.

The second and last point which was urged before me was that according to the Rules the existing mining leases, mean a lease executed before the 25th October, 1949 hence the leases or concessions which were executed after the 25th October, 1949 cannot be modified. In my view this contention has also got no force.

It is true that under the Rules 'existing Mining Lease' has been defined as those leases which were executed before the 25th October, 1949 but we have to look to the provision of Section 16 of the Act which says that all Mining Leases granted in the territory of Goa, Daman and Diu before the commencement of the Act therein shall, as soon as may be after the commencement of this Act, be brought into conformity with the provisions of this Act and the Rules made under Sections 13 and 18. The Act was applied to Goa from 1-10-63 hence all the leases or Concessions which were granted before 1-10-1963 are to be brought into conformity with the provisions of the Act and the Rules. It would be significant to note that under Section 16 of the Act all the Mining Leases executed before 1st October, 1963 are to be modified to bring them in conformity with the Act and Rules and there is no rider that only those Leases which were executed before the 25th October, 1949 are to be modified.

e não simplesmente baseado na forma ou palavras empregadas pela lei portuguesa. O citado Act, define o arrendamento e exploração de minas como a seguir se indica:

Artigo 3 (c) «arrendamento mineiro» significa um arrendamento concedido para os fins de se fazer explorações mineiras e inclui um sub-arrendamento concedido para o mesmo fim.

Artigo 3 (d) «explorações mineiras» significam quaisquer explorações feitas para os fins da extracção de qualquer minério.

Estas definições acima mencionadas são bastante amplas e incluem qualquer título concedido para a exploração de minas e o simples facto de que ao abrigo da lei portuguesa os mesmos eram chamados «concessões de minas» em vez de «arrendamentos de minas» não deve fazer nenhuma diferença.

Os concessionários não podem negar que exploram as minas ao abrigo dos títulos chamados concessões. E de toda a significância notar que ao abrigo da Lei Colonial Portuguesa, uma concessão mineira achava-se definida de maneira quase idêntica e concedia poderes aos concessionários para explorarem as minas.

São seguintes as definições:—

Artigo I (u): «concessão mineira» é a que é dada ao manifestante e lhe permite explorar uma propriedade mineira e exercer sobre ela todos os direitos mineiros. Tem duração ilimitada enquanto o concessionário cumprir as condições que a lei e o título de concessão lhe impuseram.

Artigo I (v): «Título de concessão» — Documento que prova legalmente a concessão.

O artigo 2.º diz que a propriedade dos depósitos de metais e minérios metálicos pertencente ao Estado e os respectivos jazigos não poderão ser pesquisados nem lavrados sem licença e concessão do Governo, nos termos da presente lei.

O artigo 9.º é de toda a conveniência frisar, porque emprega a expressão «concessionários ou arrendatários» de minas. Isto demonstra que mesmo, ao abrigo da lei portuguesa os termos concessionários e arrendatários eram sinónimos.

O artigo 14.º diz que a concessão de um jazigo mineiro não implica a posse da superfície do terreno em que ele se encontra, mas envolve para o concessionário e para o proprietário do solo direitos e obrigações recíprocas, em harmonia com as disposições que foram legalmente estabelecidas.

Os artigos 42.º, 73.º e 91.º fixam as taxas a serem pagas pelos concessionários.

Estas disposições da Lei Colonial Portuguesa, acima citadas claramente demonstram que os concessionários e arrendatários eram a mesma coisa e que a diferença era apenas de nomenclatura.

De conformidade com tal, acho, que as concessões são, na sua essência, arrendamentos e, como tal, podem ser modificadas ao abrigo das existentes leis e normas.

A segunda e última alegação feita é, que de harmonia com as normas, a expressão «actuais arrendamentos mineiros» significa os arrendamentos executados antes de 25 de Outubro de 1949, e que por isso, os arrendamentos executados depois de 25 de Outubro de 1949, não podiam ser modificados. No meu parecer esta alegação, também, não tem força de lei.

É verdade que ao abrigo das normas os «actuais arrendamentos mineiros» acham-se definidos como arrendamentos executados antes de 25 de Outubro de 1949, mas, é necessário referir-se ao disposto no artigo 16.º do citado Act, que diz que todos os arrendamentos mineiros concedidos no território da União de Goa, Damão e Diu, antes da entrada em vigor do mesmo Act, deverão, logo após a entrada em vigor do mesmo Act, ser trazidos de conformidade com as disposições do mesmo Act e das normas formuladas ao abrigo dos artigos 13.º e 18.º. O Act foi tornado extensivo a Goa, a partir de 1 de Outubro de 1963 e, por isso, todos os arrendamentos ou concessões concedidos antes de 1 de Outubro de 1963, deverão ser trazidos de conformidade com as disposições do citado Act e normas. Convém frisar que, ao abrigo do artigo 16.º do mesmo Act, todos os arrendamentos mineiros executados antes de 1 de Outubro de 1963, têm de ser modificados para que estejam de conformidade com o citado Act e normas e em nenhuma parte está previsto que somente os arrendamentos executados antes de 25 de Outubro de 1949 têm de ser modificados.

Section 3 of the Rules provided for the appointment of a Controller of Mining Leases and that appointment has not been challenged. Once a controller of Mining Leases has been appointed he derives his jurisdiction to modify the lease to bring them in conformity with the provisions of the Act and Rules. The main modifications which have been proposed are regarding the period of the lease, the royalty to be paid and the maximum area permissible to one Lessee. All these provisions are found in the Act itself. Section 8 provides for the period for which a lease can be granted. Section 9 fixes the royalty to be paid and Section 6 fixes the maximum area for which a mining lease can be granted.

The Rules only details the procedure which is to be followed in giving notice etc. and can never over-ride the specific provisions of the Act. Indeed if there is any contradiction between the provisions of the Act and those of the Rules, then the provisions of the Act shall prevail. It is thus clear that once a Controller is appointed, he shall modify the Leases in conformity with the Act and Rules, and the mere fact that the «existing Mining Leases» have been defined to be leases granted prior to 25th October, 1949 does not bar the Controller to modify any lease granted up to 30th September, 1963 to bring them in conformity with the Act. The position would have been different if the «existing mining leases» would have been defined as leases granted before the 25th October, 1949 in the Act itself.

For the aforesaid reasons, I hold that all the leases or concessions granted before the 1st October, 1963 would be modified in accordance with the modifications proposed in the Notices and the above mentioned Leases shall stand modified as follows:—

- 1) The period of the leases shall be 20 years commencing from 15th January, 1966 in all the cases.
- 2) The dead rent payable for Iron Ore alone shall be at the rate of Rs. 12.50 per hectare per annum and for other minerals or Iron Ore coupled with any other mineral shall be at the rate of Rs. 25/- per hectare per annum from 15th January 1966.
- 3) The royalty shall be payable in respect of any mineral removed by the Lessees from the leased area after 15-1-66 at the rate for the time being specified in the second Schedule of the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 in respect of that mineral.
- 4) The lessee shall also pay, for the surface area used by him for the purpose of mining operations, surface rent and water rate at such rate, not exceeding the land revenue, water and cesses assessable on the land, as may be specified by the State Government.
- 5) The following clause shall be deemed to be inserted to the lease deed and shall form part thereof; «Except for the modifications made by this order, the lease shall be subject to the rules made or deemed to have been made under Sections 13 and 18 of the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 and orders and Notifications published by the Government of India, from time to time.
- 6) It is further clarified that the royalty, shall be paid in accordance with Section 9 of the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 instead of according to the stipulations in the lease deed. The royalty, the dead rent, surface rent etc. for the period prior to 15-1-1966 shall be paid as may be determined or ordered by the Government.
- 7) It is further ordered that this order shall be published in the Official Gazette and copies thereof be sent to the lessee and the State Government.
- 8) This order shall not apply to Coal and other minor minerals.
- 9) The lease is restricted to winning of Iron and Manganese ore only.

O artigo 3.º das citadas normas prevê a nomeação dum controlador de arrendamentos mineiros e ninguém se opôs a essa nomeação. Uma vez que tenha sido nomeado um controlador de arrendamentos mineiros, é da sua jurisdição modificar os arrendamentos a fim de que os mesmos estejam de conformidade com as disposições do citado Act e normas. As principais modificações que se propõe referem-se ao período do arrendamento, direitos de privilégio a serem pagos e a área máxima que se pode permitir a cada arrendatário. Todas estas disposições estão previstas no próprio Act. O artigo 8.º prevê o período durante o qual pode ser concedido um arrendamento. O artigo 9.º fixa os direitos de privilégio a serem pagos e o artigo 6.º fixa a área máxima que se pode atribuir a um arrendamento mineiro.

As normas somente indicam, em detalhe, o procedimento a seguir no respeitante aos avisos a serem expedidos etc. e jamais podem ir de encontro com as disposições do Act. Supondo mesmo, que existe qualquer contradição entre as disposições do Act e as disposições das normas, as disposições do Act prevalecerão. Fica assim claramente estabelecido que uma vez que seja nomeado um controlador de arrendamentos mineiros, o mesmo poderá modificar os arrendamentos de conformidade com o Act e normas, e o simples facto de que os «actuais arrendamentos mineiros» que se acham definidos como arrendamentos concedidos antes de 25 de Outubro de 1949, não impede o controlador de modificar qualquer arrendamento concedido até 30 de Setembro de 1963, a fim de que o mesmo possa estar de conformidade com o Act. O caso teria sido diferente se os «actuais arrendamentos mineiros» tivessem sido definidos como arrendamentos concedidos antes de 25 de Outubro de 1949, no próprio Act.

Pelas razões acima expostas, sou do parecer que todos os arrendamentos ou concessões concedidos antes de 1 de Outubro de 1963, devem ser modificados de acordo com as modificações propostas nos respectivos avisos e, por isso, os arrendamentos acima mencionados são modificados como a seguir se indica:—

- 1) O período do arrendamento será de 20 anos, a partir de 15 de Janeiro de 1966, em todos os casos.
- 2) A renda fixa a pagar por minério de ferro somente, será a razão de Rps. 12.50 por hectare, por ano, e por outro minério de ferro misturado com qualquer outro minério será a razão de Rps. 25/- por hectare por ano, a partir de 15 de Janeiro de 1966.
- 3) Os direitos de privilégio serão pagáveis em relação a cada minério extraído pelo arrendatário da área arrendada, depois de 15 de Janeiro de 1966, na percentagem que presentemente se acha indicada na segunda tabela do «Mines and Mineral (Regulation and Development) Act, 1957», em relação a este minério.
- 4) O arrendatário também pagará pela área superficial por ele utilizada para a exploração da mina, a renda de superfície e a taxa de água segundo a percentagem, não excedendo a contribuição predial e outros impostos pagáveis pelo terreno, que vier a ser indicada pelo Governo Estadual.
- 5) A seguinte cláusula deverá ser acrescentada no contrato do arrendamento e deverá considerar-se como sendo parte do mesmo. «Com excepção das modificações feitas por esta portaria, o arrendamento fica sujeito as normas formuladas ou que se considerem formuladas ao abrigo dos artigos 13.º e 18.º do «Mines and Mineral (Regulation and Development) Act, 1957», e das portarias e despachos publicados pelo Governo da India, periodicamente.
- 6) Esclarece-se que os direitos de privilégio serão pagos de conformidade com o artigo 9.º do «Mines and Mineral (Regulation and Development) Act, 1957», em vez de serem pagos conforme se acha estipulado no contrato do arrendamento. Os direitos de privilégio, renda fixa, renda de superfície, etc., pelo período anterior a 15 de Janeiro de 1966, serão pagos conforme o Governo determinar.
- 7) Determina-se que a presente portaria seja publicada no *Boletim Oficial*, e que cópias da mesma, sejam enviadas aos arrendatários e ao Governo Estadual.
- 8) O disposto nesta não terá aplicação em relação a carvão e outros minérios.
- 9) O arrendamento restringe-se à extracção de minério de ferro e manganês, exclusivamente.

This order shall govern all the leases of the aforesaid person and copy of this shall be placed in all the cases.

A. P. Agrawal, Controller of Mining Leases Goa, Daman and Diu.

Panaji, 29th May, 1969.

## GOVERNMENT OF GOA, DAMAN AND DIU

General Administration Department

Office of the Collectorate of Goa

Order

LS/REV/118/69/2666

Whereas the Government land known as «Queibeacodchi-Coda», situated at Darbandora of Sanguem Taluka, was assigned to Shri Vitu Gaudó, under Title No. 1195, dated 8-7-1942.

Whereas during the inspection to the land it has been verified that the same land is lying entirely waste in contravention to the provisions of Section 76 of Decree no. 3602, dated 24-11-1917.

Whereas show cause notice was served on Shri Govinda Zotio Gauncar, the present holder of the land, in accordance with para 2 of Section 307 of the above cited Decree.

And whereas the reply of the said Shri Govinda Zotio Gauncar to the show cause notice cannot be considered as valid.

Now, therefore, I, D. N. Barua, Collector of Goa, in exercise of the powers vested in me, in virtue of the Government Notification No. DF-1161-AGR-65, dated 9-6-1966, order that the entire land, as mentioned above, be reverted to the Government, in accordance with Section 307 of Decree no. 3602, dated 24-11-1917.

D. N. Barua, Collector of Goa.

Panaji, 25th June, 1969.

## Finance (Revenue) Department

Notification

Fin(Rev)/2-41/Part/1132/69

In exercise of the powers conferred by sub-section (3) of Section 5 of the Goa, Daman and Diu Entertainment Tax Act, 1964 Government is hereby pleased to exempt from the payment of entertainment tax the screening of Hindi film «Sadhu Aur Shaitan» on 29-5-1969 at 10 p.m. at Cine Metropole, Margao by the Honorary Secretary of Crescente Sporting Club.

The exemption is subject to the condition that the entire proceeds of the tickets are utilized for the activities of the Club.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

Puran Singh, Finance Secretary.

Panaji, 29th May, 1969.

## Finance (Control) Department

Order

Fin (Control)/AC-18/PF-61/69/1087

Shri G. N. Nagaraja, S.A.S. Accountant attached to the office of the Accountant General, Mysore, Bangalore whose

A presente portaria regulará todos os arrendamentos da pessoa acima mencionada e uma cópia da mesma, deverá ser junta em todos os casos.

A. P. Agrawal, Controlador de Arrendamentos de Minas de Goa, Damão e Dio.

Panagi, 29 de Maio de 1969.

## GOVERNO DE GOA, DAMÃO E DIO

Departamento de Administração Geral

Repartição do Collector de Goa

Portaria

LS/REV/118/69/2666

Considerando que o terreno do Estado denominado «Queibeacodchi-Coda» situado em Darbandorá do concelho de Sanguém, foi concedido ao Sr. Vitú Gaudó, sob o título n.º 1195, de 8 de Julho de 1942;

Considerando que durante a inspecção ao referido terreno foi apurado que o mesmo encontra-se inteiramente desaproveitado em contravenção do artigo 76.º do Decreto n.º 3602, de 24 de Novembro de 1917;

Considerando que foi dado o necessário aviso ao Sr. Govinda Zotio Gauncar, presente detentor do terreno, de harmonia com paragrafo 2.º do artigo 307.º do Decreto acima citado;

Atendendo a que a resposta do Sr. Govinda Zotio Gauncar, ao aviso que lhe foi dado não pode considerar como satisfatória;

Em vista disto, eu, D. N. Barua, Collector de Goa, no uso das faculdades que me são conferidas por virtude do despacho do Governo n.º DF-1161-AGR-65, de 9 de Junho de 1966, determino que o inteiro terreno acima mencionado seja revertido ao Estado, de harmonia com o disposto no artigo 307.º do Decreto n.º 3602, de 24 de Novembro de 1917.

D. N. Barua, Collector de Goa.

Panagi, 25 de Junho de 1969.

## Departamento das Finanças (Receita)

Despacho

Fin(Rev)/2-41/Part/1132/69

No uso das faculdades conferidas pela alínea (3) do artigo 5.º de «Goa, Daman and Diu Entertainment Tax Act, 1964» O Governo isenta do pagamento da taxa do imposto sobre diversões o filme «Sadhu Aur Shaitan» a ser exibido no Cine Metrópole, em Margão, em 29 de Maio de 1969, às 22 horas, pelo Secretário Honorário do Clube Desportivo Crescente.

A isenção está sujeita à condição de que a receita líquida apurada seja utilizada para as actividades do Clube.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Dio.

Puran Singh, Secretário das Finanças.

Panagi, 29 de Maio de 1969.

## Departamento das Finanças (Contrôle)

Portaria

Fin (Control)/AC-18/PF-61/69/1087

O Sr. G. N. Nagaraja, contabilista, S.A.S., trabalhando na Repartição do «Accountant General», em Mysore, Banga-

services are placed at the disposal of this Administration under their office Order No. ES-I/A10/G.F.608(15) Vol. III/68-69/121 dated 6th June, 1969, is hereby appointed with effect from 26-6-1969 (F.N.) as Assistant Accounts Officer, (Class II Gazetted) in the scale of Rs. 350-25-575 and posted against one of the vacancies in the Directorate of Accounts, Panaji.

Shri G. N. Nagaraja, will be on deputation for a period of one year in the first instance on terms and conditions laid down in Ministry of Finance letter No. F1/33/64-Goa, dated 29th May 1965, as amended from time to time.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

D. V. Sawant, Under Secretary (Finance).

Panaji, 26th June, 1969.

#### Order

Fin(Control)/19-4/67/1072

Shri C. J. Bhagtani, Administrative-cum-Accounts Officer, is hereby posted in the River Navigation Department with effect from 23-6-1969, after the expiry of earned leave, sanctioned vide order No. Fin(Control)/19-4/67/850 dated 23-5-1969.

Shri Narain Nagorcenkar, Accounts Officer, at present working in the River Navigation Department, is transferred and posted in the Directorate of Accounts as Deputy Director of Accounts with immediate effect.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

D. V. Sawant, Under Secretary (Finance).

Panaji, 23rd June, 1969.

### Law and Judicial Department

#### Order

LD/EST/30-69/70

In exercise of the powers conferred by section 16 of the Goa, Daman and Diu Civil Courts Act, 1965, the Administrator of Goa, Daman and Diu is hereby pleased to appoint Shri V. R. Vaze, a Judicial Officer on deputation to this Administration from the State of Maharashtra as Civil Judge Junior Division with effect from the day he takes the charge as Civil Judge Junior Division.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

R. L. Segel, Law Secretary.

Panaji, 24th June, 1969.

### Local Self Government Department

LSG/1579/FSH/69

Shri Punyabrata Das, candidate recommended by the Union Public Service Commission is hereby temporarily appointed as Superintendent of Fisheries in the Directorate of Fisheries, Government of Goa, Daman and Diu, in the scale of Rs. 350-25-500-30-590-EB-30-800-EB-30-830-35-900, on an initial pay of Rs. 350/- (Rupees three hundred and fifty only) per month plus the usual allowances admissible as per Rules from time to time, with effect from the date of his taking charge, until further orders.

2. Shri Das, shall be treated as on probation for a period of two years from the date of his taking over charge of the post of Superintendent of Fisheries.

loire, cujos serviços foram postos à disposição desta Administração, por ordem de serviço n.º ES-I/A10/G.F.608(15) Vol. III/68-69/121 de 26 de Junho de 1969 (antes do meio-dia), é nomeado «Assistant Accounts Officer (class II Gazetted)» na escala de Rps. 350-25-575, e colocado numa das vagas da Direcção de Contabilidade, em Panaji.

O Sr. G. N. Nagaraja, ficará em deputação por período de um ano, inicialmente, sujeito às condições constantes da nota n.º F1/33/64-Goa, de 29 de Maio de 1965, com as alterações sofridas periodicamente.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

D. V. Sawant, Subsecretário (Finanças).

Panaji, 26 de Junho de 1969.

#### Portaria

Fin(Control)/19-4/67/1072

O Sr. C. J. Bhagtani, «Administrative-cum-Accounts Officer» é colocado no Departamento de Navegação com efeito a partir de 23 de Junho de 1969, depois de ter terminado a licença disciplinar, concedida vide portaria n.º Fin(Control)/19-4/67/850, de 23 de Maio de 1969.

O Sr. Narain Nagorcenkar, «Accounts Officer», presentemente trabalhando no Departamento de Navegação, é transferido e colocado na Direcção dos Serviços de Contabilidade para exercer as funções de Director adjunto da Contabilidade com efeito imediato.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

D. V. Sawant, Sub-Secretário (Finanças).

Panaji, 23 de Junho de 1969.

### Departamento de Justiça

#### Portaria

LD/EST/30-69/70

No uso das faculdades que são conferidas pela norma 16.ª de «Goa, Daman and Diu Civil Courts Act, 1965», o Administrador de Goa, Damão e Diu, nomeia o Sr. V. R. Vaze, «Judicial Officer», em deputação a esta Administração do Estado de Maharashtra, «Civil Judge Junior Division», com efeito a partir da data em que assumir as funções do «Civil Judge Junior Division».

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

R. L. Segel, Secretário de Justiça.

Panaji, 24 de Junho de 1969.

### Departamento de Administração Autónoma

#### Portaria

LSG/1579/FSH/69

O sr. Punyabrata Das, candidato recomendado pela Comissão de Serviço Público da União, é nomeado, temporariamente, Superintendente de Pesca do Departamento de Pesca do Governo de Goa, Damão e Diu, na escala de vencimento de Rps. 350-25-500-30-590-EB-30-800-EB-30-830-35-900, com o vencimento inicial de Rps. 350/- (trezentas e cinquenta rupias), por mês, acrescido dos subsídios habituais admissíveis periodicamente, com efeito a partir da data em que assumir as funções do respectivo cargo, até ordens ulteriores.

2. O Sr. Das, será considerado como em probação pelo período de dois anos a partir da data em que assumir as funções do superintendente de Pesca.

3. The appointment is subject to the conditions specified in this office Memorandum no. LSG-1579-FSH-68 dated 25-1-1969, and the Rules and Regulations laid down by the Government from time to time.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

W. G. Ranadive, Secretary (Revenue).

Panaji, 11th March, 1969.

### Food and Civil Supplies Department

Corrigendum

FCS/PWD/1563/69

Read: Government Order no. FCS/PWD/1563/69 dated 24-5-69.

In the very first line of Government Order, referred to above the words «11 days earned leave» shall be read as «10 days earned leave».

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

V. H. Sakhalakar, Under Secretary (Planning).

Panaji, 9th June, 1969.

### Public Works Department

Land Acquisition Act 1894 (Act 1 of 1894)

No. PWD/LA/1258/43/69 — Whereas it appears to the Appropriate Government (hereinafter referred to as the «Government») that the land specified in the schedule hereto (hereinafter referred to as the «said land») is likely to be needed for a public purpose viz for construction of approach road to Chandor-Cotta Bridge.

Therefore the Government is pleased to notify under sub-section (1) of section 4 of the Land Acquisition Act, 1894 (hereinafter referred to as the «said Act») that the said land is likely to be needed for the purpose specified above.

2. All persons interested in the said land are hereby warned not to obstruct or interfere with any surveyors or other persons employed upon the said land for the purpose of the said acquisition. Any contracts for the disposal of the said land by sale, lease, mortgage, assignment, exchange or otherwise, or any outlay commenced or improvements made thereon without the sanction of the Collector, appointed in paragraph 4 below, after the date of the publication of this Notification will under clause (seventh) of section 24 of the said Act, be disregarded by the officer assessing compensation for such parts of the said land as may be finally acquired.

3. If the Government is satisfied that the said land is needed for the aforesaid purpose, a declaration to that effect under section 6 of the said Act will be published in the Government Gazette, in the due course. If the acquisition is abandoned wholly or in part, the fact will be duly notified in the Government Gazette.

4. The Government is further pleased to appoint under clause (c) of section 3 of the said Act, the Dy. Collector, South Sub-Division Margao, to perform the functions of a Collector under the said Act, in respect of the said land.

5. The Government is also pleased to authorise under sub-section (2) of section 4 of the said Act the following officers to do the acts, specified therein in respect of the said land.

1. The Collector of Goa, Panaji.
2. The Deputy Collector, South Sub-Division, Margao.
3. The Director of Land Survey, Panaji.
4. The Superintending Engineer I, Circle II, PWD, Panaji.

3. A nomeação está sujeita às condições constantes do memorando n.º LSG-1579-FHS-68 de 25 de Janeiro de 1969, e às normas e regulamentos formulados pelo Governo, periodicamente.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

W. G. Ranadive, Secretário (Rendimentos).

Panaji, 11 de Março de 1969.

### Departamento de Alimentação e Abastecimento Civil

Corrigenda

FCS/PWD/1563/69

Ref: Portaria do Governo n.º FCS/PWD/1563/69, de 24 de Maio de 1969.

Na primeira linha da portaria acima citada leia-se «10 dias de licença disciplinar», em vez de «11 dias de licença disciplinar».

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

V. H. Sakhalakar, Subsecretário (Planificação).

Panaji, 9 de Junho de 1969.

### Serviços das Obras Públicas

«Land Acquisition Act 1894 (Act 1 of 1894)»

N.º PWD/LA/1258/43/69 — Atendendo a que o Governo interessado (referido daqui em diante como «Governo») acha que o terreno descrito no quadro anexo (referido daqui em diante como «aludido terreno») é de utilidade pública para os fins de construção de uma estrada para acesso ao Chandor-Cotta ponte.

Torna-se público ao abrigo do disposto na alínea (1) do artigo 4.º do «Land Acquisition Act, 1894» (referido daqui em diante como «citado Act») que o aludido terreno é necessário para os fins públicos acima referidos.

2. Os interessados no aludido terreno são por este avisados a não impedir ou interferir com os agrimensores e outro pessoal em serviço no aludido terreno para os fins da aquisição do mesmo. Quaisquer contratos para alienação do aludido terreno, por meio de venda, arrendamento, hipoteca, cedência, troca ou de qualquer outra forma, ou quaisquer projectos ou melhoramentos feitos no mesmo, sem a autorização do Collector nomeado no § 4.º a seguir, depois da data da publicação deste aviso, não serão tomados em consideração, ao abrigo do artigo 24.º ( sétimo) do citado Act, pelos funcionários encarregados de atribuir compensação pelas partes do aludido terreno que venham a ser finalmente adquiridas.

3. Caso o Governo considere que o aludido terreno é necessário para os fins acima referidos, será publicado, oportunamente, no *Boletim Oficial*, um aviso final para esse efeito, ao abrigo do artigo 6.º do citado Act. Se a aquisição for abandonada, total ou parcialmente, o facto será notificado na devida altura, no *Boletim Oficial*.

4. O Governo nomeia, ao abrigo da alínea (c) do artigo 3.º do citado Act, o Collector adjunto, sub-divisão de sul, Margão, para exercer as funções de Collector, ao abrigo do citado Act, em relação ao aludido terreno.

5. O Governo também autoriza, ao abrigo da alínea (2) do artigo 4.º do citado Act, as seguintes entidades oficiais para exercerem as funções especificadas na mesma lei, em relação ao aludido terreno.

1. O Collector de Goa, Panaji.
2. Collector adjunto da sub-divisão do sul, Margão.
3. Director de Agrimensura, Panaji.
4. Engenheiro Superintendente I, do Circulo II das Obras Públicas, Panaji.



6. A rough plan of the said land is available for inspection in the office of the abovesaid Dy. Collector at Margao, for a period of 30 days from the date of this Notification.

6. O plano do aludido terreno poderá ser consultado na Repartição do Collector adjunto em Margão, pelo período de 30 dias, contado da data deste despacho.

## SCHEDULE — QUADRO

Taluka	Village	Survey No.	Plot No.	Description of the said land	Approximate area in sq. metres
Concelho	Aldeia	N.º de cadastro	Terreno n.º	Descrição do aludido terreno	Área aproximada em m²
1	2	3	4	5	6
Salcete	Cotta	—	1.	Shri Sara Barbosa, Chandor	520.00
		—	1A.	Shri Baltozar de Silva, Benaulim	246.75
		—	2.	Shri Baltozar de Silva, Benaulim	384.75
		—	2A.	Shri Epifania Fernandes	159.00
		—	3.	Shri Adozinha Antod, Chandor	42.00
		—	4.	— do —	120.00
		—	5.	Shri Zenotio Luis, Chandor	134.50
		—	6.	— do —	315.00
		—	7.	Shri Lino Antonio Fernandes, Chandor	85.00
		—	8.	Shri Sara Barbosa, Chandor	108.00
		—	9.	— do —	7.50
		—	10.	Shri Teodoro Rebello, Chandor	61.00
		—	11.	Shri Sara Barbosa, Chandor	106.00
		—	12.	Comunidade of Chandor	68.00
		—	13.	Smt. Rosalina Carvalho, Chandor	111.85
		—	14.	Shri George Dias, Chandor	31.25
		—	15.	Shri Mario Rebello, Chandor	46.25
		—	16.	Shri Francisco Egidio Fernandes, Chandor	79.50
		—	17.	Shri Caridade Antio, Chandor	38.00
		—	18.	Shri Aquino Fernandes, Chandor	41.00
		—	19.	Shri Bravelho Carvalho, Chandor	46.00
		—	20.	Shri Joju Antio, Chandor	40.95
		—	21.	Shri Antonio Piedade Carvalho, Chandor	50.00
		—	22.	Shri Francisco Egidio Fernandes, Chandor	26.00
		—	23.	Shri Sara Barbosa, Chandor	18.00
		—	24.	Smt. Victoria Rebello, Chandor	19.50
		—	25.	Shri Gurudas Karanghate, Chandor	26.00
		—	26.	Shri Diago Manuel Mascarenhas, Chandor	11.00
		—	27.	Shri Juberto Carvalho, Chandor	38.70
		—	28.	Shri Francisco Ezidio Fernandes, Chandor	27.00
		—	29.	Shri Minguet Carvalho, Chandor	57.00
		—	30.	Smt. Carmelina Rebello, Chandor	18.00
		—	31.	Shri Herculano Fernandes, Chandor	16.00
		—	32.	Shri Mario Rebello, Chandor	30.00
		—	33.	Smt. Sara Barbosa, Chandor	16.00
		—	34.	Smt. Zulema Antio, Chandor	53.00
		—	35.	Shri Vincento Paul Fernandes, Chandor	32.00
		—	36.	Smt. Sara Barbosa, Chandor	80.00
		—	37.	Chapel of Chandor (S. Tiago)	218.75
		—	38.	Smt. Marieta Carvalho, Chandor	57.38
		—	39.	Dr. Arfano Antao, Chandor	13.50
		—	40.	Dr. Joju Antao, Chandor	67.50
		—	41.	Smt. Sara Barbosa, Chandor	27.50
		—	42.	Shri Marcelino Jose Dias, Chandor	809.75
		—	43.	Comunidade of Chandor	457.00
		—	44.	— do —	7.50
		—	45.	Shri Epifania Fernandes, Chandor	477.00
		—	46.	Shri Vicente Paul Fernandes, Chandor	34.50
		—	47.	Shri Lino Anton Fernandes, Chandor	640.00
		—	48.	Shri Baltazar D'Silva, Chandor	42.50
		—	49.	Shri Joao Zena Carvalho, Chandor	137.75
		—	50.	Dr. Arfano Furtado, Chandor	120.00
		—	51.	Shri Jaima Cota Cruz, Chandor	199.50
		—	52.	Smt. Rozit Fernandes, Chandor	52.00
		—	53.	Chapel of Chandor Salcete (S. Tiago)	1615.00
		—	54.	Shri Joju Antio, Chandor	52.50
		—	55.	Smt. Zita Tellis, Chandor	225.50
		—	56.	Chapel of Chandor (S. Tiago)	65.25
		—	57.	Shri Sadanand Borkar, Chandor	41.00
		—	58.	Comunidade of Chandor	25.00
		—	59.	Fabrica de Igreja de Chandor	1456.75
		—	60.	Shri Anton Francisco Carvalho	234.50
		—	61.	Shri Joao de Deus Antao, Chandor	150.00
		—	61A.	Dr. Arfano Furtado, Chandor	156.25
		—	62.	Dr. Joju Antao, Chandor	187.00
		—	63.	Shri Alberto Pereira, Chandor	24.75
		—	64.	Fabrica de Igreja of Chandor	727.00
		—	65.	Shri Bembo Fernandes, Chandor	200.00
		—	66.	Shri Egidio D'Silva, Chandor	98.00
		—	67.	Fabrica de Igreja de Chandor	1883.75
Quepem	Assolda	—	1.	Shri Pandarinath Gaons Dessai, Avedem	736.20
		—	2.	Shri Ramesh Dessai, Assolda	406.00
		—	3.	Shri Sadashiv Rao, Assolda	140.00
		—	4.	Shri Devidas Allosdekar, Assolda	643.10
		—	5.	Shri Sadashiv Raut Dessai, Assolda	107.37
		—	6.	Shri Babu Raut Dessai, Assolda	60.80
		—	7.	Shri Mabulu Raut Dessai	36.60

1	2	3	4	5	6
Quepem	Assolda	—	8.	Shri Ruide Raut Dessai, Assolda	30.16
—	—	—	9.	Shri Raut Dessai, Assolda	79.06
—	—	—	10.	Shri Vaman Sheldenkar, Chandor	2867.25
—	—	—	11.	Shri Deo Shanta Durga Temple, Assolda.	115.00
Total					19036.42

By order and in the name of the Lieutenant Governor of Goa, Daman and Diu.

Balcrishna R. Naique, Principal Engineer P. W. D. and Ex-Officio Additional Secretary to the Government.

Panaji, 19th June, 1969.

#### Land Acquisition Act 1894 (Act 1 of 1894)

PWD/LA/1258/45/69 — Whereas it appears to the Appropriate Government (hereinafter referred to as the «Government») that the land specified in the schedule hereto (hereinafter referred to as the «said lands») is likely to be needed for a public purpose viz for construction of an approach road to Ragado Bridge.

Therefore the Government is pleased to notify under sub-section (1) of section 4 of the Land Acquisition Act, 1894 (hereinafter referred to as the «said Act») that the said land is likely to be needed for the purpose specified above.

2. All persons interested in the said land are hereby warned not to obstruct or interfere with any surveyors or other persons employed upon the said land for the purpose of the said acquisition. Any contracts for the disposal of the said land by sale, lease, mortgage, assignment, exchange or otherwise, or any outlay commenced or improvements made thereon without the sanction of the Collector, appointed in paragraph 4 below, after the date of the publication of this Notification, will under clause (seventh) of section 24 of the said Act, be disregarded by the officer assessing compensation for such parts of the said land as may be finally acquired.

3. If the Government is satisfied that the said land is needed for the aforesaid purpose, a declaration to that effect under section 6 of the said Act will be published in the Government Gazette, in the due course. If the acquisition is abandoned wholly or in part, the fact will be duly notified in the Government Gazette.

4. The Government is further pleased to appoint under clause (c) of section 3 of the said Act, the Land Acquisition Officer, Collector's Office, Panaji, to perform the functions of a Collector under the said Act, in respect of the said land.

5. The Government is also pleased to authorise under sub-section (2) of section 4 of the said Act, the following officers to do the Act, specified therein in respect of the said land.

1. The Collector of Goa, Panaji.
2. The Land Acquisition Officer, Panaji.
3. The Director of Land Survey, Panaji.
4. The Executive Engineer, Works Division II, Panaji.

A rough plan of the said land is available for inspection in the office of the abovesaid Land Acquisition Officer, for a period of 30 days from the date of this Notification.

Por ordem e em nome do Governador-tenente de Goa, Damão e Diu.

Balcrishna R. Naique, Engenheiro-Chefe dos Serviços das Obras Públicas e Secretário adicional ex-officio do Governo.

Panaji, 19 de Junho de 1969.

#### «Land Acquisition Act 1894 (Act 1 of 1894)»

PWD/LA/1258/45/69 — Atendendo a que o Governo interessado (referido daqui em diante como «Governo») acha que o terreno descrito no quadro anexo (referido daqui em diante como «aludido terreno») é de utilidade pública para os fins de construção duma estrada de acesso à ponte Ragado.

Torna-se público ao abrigo do disposto na alínea (1) do artigo 4.º do «Land Acquisition Act, 1894» (referido daqui em diante como «citado Act») que o aludido terreno é necessário para os fins públicos acima referidos.

2. Os interessados no aludido terreno são por este avisados a não impedir ou interferir com os agrimensores e outro pessoal em serviço no aludido terreno, para os fins da aquisição do mesmo. Quaisquer contratos para alienação do aludido terreno, por meio de venda, arrendamento, hipoteca, cedência, troca ou de qualquer outra forma, ou quaisquer projectos ou melhoramentos feitos no mesmo, sem a autorização do Collector nomeado no § 4.º a seguir, depois da data da publicação deste aviso, não serão tomados em consideração, ao abrigo do artigo 24.º ( sétimo) do citado Act, pelos funcionários encarregados de atribuir compensação pelas partes do aludido terreno que venham a ser finalmente adquiridas.

3. Caso o Governo considere que o aludido terreno é necessário para os fins acima referidos, será publicado, oportunamente, no *Boletim Oficial*, um aviso final para esse efeito, ao abrigo do artigo 6.º do citado Act. Se a aquisição for abandonada, total ou parcialmente, o facto será notificado, na devida altura, no *Boletim Oficial*.

4. O Governo nomeia, ao abrigo da alínea (c) do artigo 3.º do citado Act, o «Land Acquisition Officer», Repartição de Collector, Panaji, para exercer as funções de Collector, ao abrigo do citado Act, em relação ao aludido terreno.

5. O Governo também autoriza, ao abrigo da alínea (2) do artigo 4.º do citado Act, as seguintes entidades oficiais para exercerem as funções especificadas na mesma lei, em relação ao aludido terreno.

1. O Collector de Goa, Panaji.
2. Land Acquisition Officer, Panaji.
3. Director de Agrimensura, Panaji.
4. Engenheiro Executivo, Secção de Obras II, Panaji.

6. O plano do aludido terreno poderá ser consultado na Repartição do «Land Acquisition Officer», pelo período de 30 dias, contado da data deste despacho.

#### SCHEDULE — QUADRO

Taluka	Village	Survey No.	Plot No.	Description of the said land	Approximate area in sq. metres
Concelho	Aldeia	Cadastro n.º	Terreno n.º	Names of the persons believed to be interested Descrição do aludido terreno Nomes das pessoas que se presumem ser interessadas	Area aproximada em m²
A strip of land believed to be held by:					
Satari	Kankive	1	—	Shri Emu Goankar of Kankive	1875.00
		2	—	Shri Shambha Nabar of Kankive	11080.00
Total					12955.00

By order and in the name of the Lieutenant Governor of Goa, Daman and Diu.

Balcrishna R. Naique, Principal Engineer P. W. D. and Ex-Officio Addl. Secretary to the Government.

Panaji, 20th June, 1969.

Por ordem e em nome do Governador-tenente de Goa, Damão e Diu.

Balcrishna R. Naique, Engenheiro-Chefe dos Serviços das Obras Públicas e Secretário adicional ex-officio do Governo.

Panaji, 20 de Junho de 1969.



## Land Acquisition Act 1894 (Act 1 of 1894)

No. PWD/LA/1258/46/69 — Whereas it appears to the Appropriate Government (hereinafter referred to as the «Government») that the land specified in the schedule hereto (hereinafter referred to as the «said land») is likely to be needed for a public purpose viz. for construction of Kerim-Terekhol road.

Therefore the Government is pleased to notify under sub-section (1) of section 4 of the Land Acquisition Act, 1894 (hereinafter referred to as the «said Act») that the said land is likely to be needed for the purpose specified above.

2. All persons interested in the said land are hereby warned not to obstruct or interfere with any Surveyors or other persons employed upon the said land for the purpose of the said acquisition. Any contracts for the disposal of the said land by sale, lease, mortgage, assignment, exchange or otherwise, or any outlay commenced or improvements made thereon without the sanction of the Collector, appointed in paragraph 4 below, after the date of the publication of this Notification, will under clause (seventh) of section 24 of the said Act, be disregarded by the officer assessing compensation for such parts of the said land as may be finally acquired.

3. If the Government is satisfied that the said land is needed for the aforesaid purpose, a declaration to that effect under section 6 of the said Act will be published in the Government Gazette, in the due course. If the acquisition is abandoned wholly or in part, the fact will be duly notified in the Government Gazette.

4. The Government is further pleased to appoint under clause (c) of section 3 of the said Act, the Land Acquisition Officer, Collector's Office, Panaji, to perform the functions of a Collector under the said Act, in respect of the said land.

5. The Government is also pleased to authorise under sub-section (2) of section 4 of the said Act, the following officers to do the acts, specified therein in respect of the said land.

1. The Collector of Goa, Panaji.
2. The Land Acquisition Officer, Panaji.
3. The Director of Land Survey, Panaji.
4. The Executive Engineer, Works Division II, Panaji.

6. A rough plan of the said land is available for inspection in the Office of the abovesaid Land Acquisition Officer, for a period of 30 days from the date of this Notification.

## «Land Acquisition Act 1894 (Act 1 of 1894)»

N.º PWD/LA/1258/46/69 — Atendendo a que o Governo interessado (referido daqui em diante como «Governo») acha que o terreno descrito no quadro anexo (referido daqui em diante como aludido terreno) é de utilidade pública para os fins de construção da Rua Kerim-Terekhol.

Torna-se público ao abrigo do disposto na alínea (1) do artigo 4.º do «Land Acquisition Act, 1894 (referido daqui em diante como «citado Act») que o aludido terreno é necessário para os fins públicos acima referidos.

2. Os interessados no aludido terreno, são por este avisados a não impedir ou interferir com os agrimensores e outro pessoal em serviço no aludido terreno, para os fins da aquisição do mesmo. Quaisquer contratos para alienação do aludido terreno, por meio de venda, arrendamento, hipoteca, cedência, troca ou de qualquer outra forma, ou quaisquer projectos ou melhoramentos feitos no mesmo, sem a autorização do Collector, nomeado no § 4.º a seguir, depois da data da publicação deste aviso, não serão tomados em consideração, ao abrigo do artigo 24.º (sétimo) do citado Act, pelos funcionários encarregados de atribuir compensação pelas partes do aludido terreno que venham a ser finalmente adquiridas.

3. Caso o Governo considere que o aludido terreno é necessário para os fins acima referidos, será publicado, oportunamente, no *Boletim Oficial*, um aviso final para esse efeito, ao abrigo do artigo 6.º do citado Act. Se a aquisição for abandonada, total ou parcialmente, o facto será notificado na devida altura, no *Boletim Oficial*.

4. O Governo nomeia, ao abrigo da alínea (c) do artigo 3.º do citado Act, o «Land Acquisition Officer», Repartição do Collector, Panaji, para exercer as funções de Collector, ao abrigo do citado Act, em relação ao aludido terreno.

5. O Governo também autoriza ao abrigo da alínea (2) do artigo 4.º do citado Act, as seguintes entidades oficiais para exercerem as funções especificadas na mesma lei, em relação ao aludido terreno.

1. O Collector de Goa, Panaji.
2. «Land Acquisition Officer», Panaji.
3. O Director de Agrimensura, Panaji.
4. Engenheiro Executivo, Secção de Obras II, Panaji.

6. O plano do aludido terreno poderá ser consultado na Repartição do dito «Land Acquisition Officer», pelo período de 30 dias contado da data deste despacho.

## SCHEDULE — QUADRO

Taluka	Village	Survey No.	Plot No.	Description of the said land	Approximate area in sq. metres
Concelho	Aldeia	Cadastro N.º	Terreno N.º	Names of the persons believed to be interested	Área aproximada em m²
1	2	3	4	5	6
Pernem	Kerim		1	V. J. Kerkar	48.00
			2	K. V. Tirodkar	1036.00
			3	R. Deshpabhu	250.00
			4	A. N. Padti	318.00
			5	Caitano Mascarenhas	425.00
			6	— do —	610.00
			7	B. S. Ajgaokar	640.00
			8	Kaka Tirodkar	994.00
			9	Canpubai Pernekar	496.00
			10	R. Deshpabhu	478.00
			11	Narayan Kerkar	600.00
			12	Bala Kerkar	480.00
			13	Umakant Kerkar	118.00
			14	Yeshwant Kerkar	2120.00
			15	S. J. Pereira	200.00
			16	Bapuji Desai	300.00
			17	V. S. Parab	860.00
			18	N. B. Bothye	310.00
			19	Umesh Kerkar	260.00
			20	M. Karmaouse	2660.00
			21	Anthony Carvalho	640.00
					13,843.00

By order and in the name of the Lieutenant Governor of Goa, Daman and Diu.

Balcrishna R. Naique, Principal Engineer, P. W. D. and Ex-Officio Addl. Secretary to the Government.

Panaji, 20th June, 1969.

Por ordem e em nome do Governador-tenente de Goa, Damão e Diu.

Balcrishna R. Naique, Engenheiro-Chefe dos Serviços das Obras Públicas e Secretário adicional, ex-officio, do Governo.

Panaji, 20 de Junho de 1969.

## Land Acquisition Act 1894 (Act 1 of 1894)

No. PWD/LA/1258/47/69. — Whereas it appears to the Appropriate Government (hereinafter referred to as the «Government») that the land specified in the schedule hereto (hereinafter referred to as the «said land») is likely to be needed for a public purpose viz. for widening of Usgao Ganjem road Part II.

Therefore the Government is pleased to notify under sub-section (1) of section 4 of the Land Acquisition Act, 1894 (hereinafter referred to as the «said Act») that the said land is likely to be needed for the purpose specified above.

2. All persons interested in the said land are hereby warned not to obstruct or interfere with any surveyors or other persons employed upon the said land for the purpose of the said acquisition. Any contracts for the disposal of the said land by sale, lease, mortgage, assignment, exchange or otherwise, or any outlay commenced or improvements made thereon without the sanction of the Collector, appointed in paragraph 4 below, after the date of the publication of this Notification, will under clause (seventh) of section 24 of the said Act, be disregarded by the officer assessing compensation for such parts of the said land as may be finally acquired.

3. If the Government is satisfied that the said land is needed for the aforesaid purpose, a declaration to that effect under section 6 of the said Act will be published in the Government Gazette, in the due course. If the acquisition is abandoned wholly or in part, the fact will be duly notified in the Government Gazette.

4. The Government is further pleased to appoint under clause (c) of section 3 of the said Act, the Deputy Collector, South Sub-Division Margao, to perform the functions of a Collector under the said Act, in respect of the said land.

5. The Government is also pleased to authorise under sub-section (2) of section 4 of the said Act, the following officers to do the acts, specified therein in respect of the said land.

1. The Collector of Goa, Panaji.
2. The Deputy Collector, South Sub-Division, Margao.
3. The Director of Land Survey, Panaji.
4. The Executive Engineer, Works Division II, PWD, Panaji.

6. A rough plan of the said land is available for inspection in the office of the abovesaid Deputy Collector, Margao, for a period of 30 days from the date of this Notification.

## «Land Acquisition Act 1894 (Act 1 of 1894)»

No. PWD/LA/1258/47/69. — Atendendo a que o Governo interessado (referido daqui em diante como «Governo») acha que o terreno descrito no quadro anexo (referido daqui em diante como «aludido terreno») é de utilidade pública para os fins de alargamento da rua Usgão-Ganjem Part II.

Torna-se público ao abrigo do disposto na alínea (1) do artigo 4.º do «Land Acquisition Act, 1894» (referido daqui em diante como «citado Act») que o aludido terreno é necessário para os fins públicos acima referidos.

2. Os interessados no aludido terreno são por este avisados a não impedir ou interferir com os agrimensores e outro pessoal em serviço no aludido terreno para os fins da aquisição do mesmo. Quaisquer contratos para alienação do aludido terreno, por meio de venda, arrendamento, hipoteca, cedência, troca ou de qualquer outra forma, ou quaisquer projectos ou melhoramentos feitos no mesmo, sem a autorização do Collector, nomeado no § 4.º a seguir, depois da data da publicação deste aviso, não serão tomados em consideração, ao abrigo do artigo 24.º (sétimo) do citado Act, pelos funcionários encarregados de atribuir compensação pelas partes do aludido terreno que venham a ser finalmente adquiridas.

3. Caso o Governo considere que o aludido terreno é necessário para os fins acima referidos, será publicado, oportunamente, no *Boletim Oficial*, um aviso final para esse efeito, ao abrigo do artigo 6.º do citado Act. Se a aquisição fôr abandonada, total ou parcialmente, o facto será notificado, na devida altura, no *Boletim Oficial*.

4. O Governo nomeia, ao abrigo da alínea (c) do artigo 3.º do citado Act, o Collector adjunto, Sub-divisão do sul, Margao, para exercer as funções de Collector, ao abrigo do citado Act, em relação ao aludido terreno.

5. O Governo também autoriza, ao abrigo da alínea (2) do artigo 4.º do citado Act, as seguintes entidades oficiais para exercerem as funções especificadas na mesma lei, em relação ao aludido terreno.

1. Collector de Goa, Panaji.
2. Collector adjunto, sub-divisão do sul, Margão.
3. «Land Acquisition Officer», Panaji.
4. Engenheiro Executivo, Secção de Obras II, dos Serviços das Obras Públicas, Panaji.

6. O plano do aludido terreno poderá ser consultado na Repartição do Collector adjunto, Margão, pelo período de 30 dias contado da data deste despacho.

## SCHEDULE — QUADRO

Taluka	Village	Survey No.	Plot No.	Description of the said land	Approximate area in sq. mts.
Concelho	Aldeia	Cadastró N.º	Terreno N.º	Names of the persons believed to be interested	Área aproximada em m²
1	2	3	4	5	6
Ponda	Ganjem	1	—	A strip of land believed to be held by:	
		2	—	Shri Raghu Sadu Gaudo Nanus, Usgao-Ponda	2191.750
		3	—	Shri Venkatesh Pundalik Gaonkar and others, Gangem-Ponda	6893.625
		4	—	Shri Bhikaro Datta Gaunkar, Ganjem	170.000
		5	—	Shri Shataram Gajanan Gaonkar, Ganjem	435.725
		6	—	Shri Shataram Gajanan Gaonkar, Ganjem	1391.750
		7	—	Shri Gopinath Ananta Gaunkar, Ganjem	1573.800
		8	—	— do —	1078.750
		9	—	Shri Sripad Shamba Gaunkar, Ganjem	1272.050
		10	—	Shri Dharma Arjun Gaonkar, Ganjem	725.600
		11	—	Shri Gopinath Anant Gaonkar, Shri Vasant Jayram Gaonkar, Ganjem	113.300
	Nanus Ganjem	12	—	Shri Manguesh Sevada Gaunkar, Ganjem	371.150
		14	—	Shri Vasant Jayram Gaonkar, Ganjem	404.688
		15	—	Shri Khausale Kashinath Gaonkar, Ganjem	175.430
		16	—	Shri Prabhakar Souri Gaonkar, Ganjem	39.000
		17	—	Shri Dharma Arjun Gaunkar, Ganjem	237.450
		18	—	— do —	330.050
		19	—	Shri Vasant Jayram Gaunkar, Ganjem	225.000
		20	—	Shri Edrus Chandu Khan Moir, Ganjem	164.250
		21	—	Shri Edrus Chandu Khan Moir, Ganjem	516.375
		22	—	Shri Atma Souri Gaunkar, Ganjem	160.875
		23	—	Shri Gajanan Bhat Borton, Ganjem	203.375
		24	—	Shri Edrus Chandu Khan Moir, Ganjem	66.000
		25	—	Shri Vaikunta Sheiba Gaonkar, Ganjem	922.250
		26	—	Shri Atma Souri Gaonkar, Ganjem	79.420
		27	—	Shri Shivram Raya Gaonkar, Ganjem	825.550
		28	—	Shri Vasant Jayram Gaonkar, Ganjem	110.550
		29	—	Comunidade of Ganjem	1765.500
		30	—	Shri Gokuldas Jaganath Gaunkar, Ganjem	45.000

1	2	3	4	5	6
Ponda	Ganjam	31	—	Shri Anant Yeshvant Gaunkar, Ganjam	3865.050
Satari	Kenkeri	33	—	Shri Panduram Nagesh Fadte, Kankere, Satari	12493.925
		34	—	Shri Panduram Nagesh Fadte, Kankere, Satari	3162.750
		35	—	Shri Emu Bhudo Gaunkar, Kankere, Satari	6442.375
Total ... ..					48452.363

By order and in the name of the Lieutenant Governor  
of Goa, Daman and Diu.

Balcrishna R. Naique, Principal Engineer P. W. D. and  
Ex-Officio Addl. Secretary to the Government.

Panaji, 25th June, 1969.

Por ordem e em nome do Governador-tenente de Goa,  
Damao e Dio.

Balcrishna R. Naique, Engenheiro-Chefe dos Serviços das  
Obras Públicas e Secretário adicional, ex-officio, do Governo.

Panagi, 25 de Junho de 1969.

#### Land Acquisition Act 1894 (Act 1 of 1894)

No. PWD/LA/1258/48/69—Whereas it appears to the  
Appropriate Government (hereinafter referred to as the  
«Government») that the land specified in the schedule hereto  
(hereinafter referred to as the «said land») is likely to be  
needed for a public purpose viz for construction of Primary  
Health Centre of Vadi—Candolim.

Therefore the Government is pleased to notify under sub-  
section (1) of section 4 of the Land Acquisition Act 1894  
(hereinafter referred to as the «said Act») that the said land  
is likely to be needed for the purpose specified above.

2. All persons interested in the said land are hereby warned  
not to obstruct or interfere with any surveyors or other  
persons employed upon the said land for the purpose of the  
said acquisition. Any contracts for the disposal of the said  
land by sale, lease, mortgage, assignment, exchange or other-  
wise, or any outlay commenced or improvements made thereon  
without the sanction of the Collector, appointed in para-  
graph 4 below, after the date of the publication of this Noti-  
fication, will under clause (seventh) of section 24 of the said  
Act, be disregarded by the officer assessing compensation  
for such parts of the said land as may be finally acquired.

3. If the Government is satisfied that the said land is  
needed for the aforesaid purpose, a declaration to that effect  
under section 6 of the said Act will be published in the Go-  
vernment Gazette, in the due course. If the acquisition is  
abandoned wholly or in part, the fact will be duly notified  
in the Government Gazette.

4. The Government is further pleased to appoint under  
clause (c) of section 3 of the said Act the Land Acquisition  
Officer, Collector's Office, Panaji, to perform the functions  
of a Collector under the said Act, in respect of the said land.

5. The Government is also pleased to authorise under sub-  
section (2) of section 4 of the said Act, the following officers  
to do the acts, specified therein in respect of the said  
land.

1. The Collector of Goa, Panaji.
2. The Land Acquisition Officer, Panaji.
3. The Director of Land Survey, Panaji.
4. The Executive Engineer, Works Division II, PWD,  
Panaji.

6. A rough plan of the said land is available for inspection  
in the office of the abovesaid Land Acquisition Officer, Pa-  
naji for a period of 30 days from the date of this Notification.

#### «Land Acquisition Act 1894 (Act 1 of 1894)»

N.º PWD/LA/1258/48/69—Atendendo a que o Governo  
interessado (referido daqui em diante como «Governo») acha  
que o terreno descrito no quadro anexo (referido daqui em  
diante como «aludido terreno») é de utilidade pública para  
os fins de construção do Centro Primário de Saúde em Vadi  
de Candolim.

Torna-se público, ao abrigo da alínea (1) do artigo 4.º do  
«Land Acquisition Act, 1894» (referido daqui em diante como  
«citado Act») que o aludido terreno é necessário para os fins  
públicos acima referidos.

2. Os interessados no aludido terreno são por este avisados  
a não impedir ou interferir com os agrimensores e outro pes-  
soal em serviço no aludido terreno para os fins da aquisição  
do mesmo. Quaisquer contratos para alienação do aludido ter-  
reno, por meio de venda, arrendamento, hipoteca, cedência,  
troca ou de qualquer outra forma, ou quaisquer projectos ou  
melhoramentos feitos no mesmo, sem a autorização do  
Collector, nomeado no § 4.º a seguir, depois da data da publi-  
cação deste aviso, não serão tomados em consideração, ao  
abrigo do artigo 24.º (sétimo) do citado Act, pelos funcio-  
nários encarregados de atribuir compensação pelas partes  
do aludido terreno que venham a ser finalmente adquiridas.

3. Caso o Governo considere que o aludido terreno é neces-  
sário para os fins acima referidos, será publicado, oportuna-  
mente, no *Boletim Oficial*, um aviso final para esse efeito, ao  
abrigo do artigo 6.º do citado Act. Se a aquisição for aban-  
donada, total ou parcialmente, o facto será notificado, na  
devida altura, no *Boletim Oficial*.

4. O Governo nomeia, ao abrigo da alínea (c) do artigo 3.º  
do citado Act, o «Land Acquisition Officer», Repartição do  
Collector em Panaji, para exercer as funções de Collector,  
ao abrigo do citado Act, em relação ao aludido terreno.

5. O Governo também autoriza, ao abrigo da alínea (2) do  
artigo 4.º do citado Act, as seguintes entidades oficiais para  
exercerem as funções especificadas na mesma lei, em relação  
ao aludido terreno.

1. O Collector de Goa, Panaji.
2. O «Land Acquisition Officer», Panaji.
3. O Director de Agrimensura, Panaji.
4. O Engenheiro Executivo, Secção de Obras II, dos Ser-  
viços das Obras Públicas, Panaji.

6. O plano do aludido terreno poderá ser consultado na  
Repartição do referido «Land Acquisition Officer» Panaji,  
pelo período de 30 dias, contado da data deste despacho.

#### SCHEDULE—QUADRO

Taluka	Village	Survey No.	Plot No.	Description of the said land	Approximate area in Sq. mts.
Concelho	Aldeia	Cadastro N.º	Terreno n.º	Names of the persons believed to be interested Descrição do aludido terreno Nomes das pessoas que se presumem ser interessadas	Area aproximada em m²
1	2	3	4	5	6
Bardez	Candolim		1	Provedoria da Assistencia Publica, opp. Red Cross, Panaji— Goa	2196.00
			2	Aleixinho Lobo (Culto), Candolim	608.00
			3	Vithal Bhiku Naik Chodankar, Candolim	1122.00
			4	Mrs. Lizi Fernandes, Calangute	1410.00
			5	Mr. Francis Xavier Mascarenhas, Candolim	761.00
			6	Father Costa, Candolim—Goa	827.00
Total					6924.00

By order and in the name of the Lieutenant Governor  
of Goa, Daman and Diu.

Balcrishna R. Naique, Principal Engineer, P. W. D. and  
Ex-Officio Addl. Secretary to the Government.

Panaji, 25th June, 1969.

Por ordem e em nome do Governador-tenente de Goa,  
Damao e Dio.

Balcrishna R. Naique, Engenheiro-Chefe dos Serviços das  
Obras Públicas e Secretário adicional ex-officio do Governo.

Panagi, 25 de Junho de 1969.

## Land Acquisition Act 1894 (Act 1 of 1894)

No. PWD/LA/1258/49/69 — Whereas it appears to the Appropriate Government (hereinafter referred to as the «Government») that the land specified in the schedule hereto (hereinafter referred to as the «said land») is likely to be needed for a public purpose viz. for construction of Cottage Hospital at Bicholim.

Therefore the Government is pleased to notify under sub-section (1) of section 4 of the Land Acquisition Act, 1894 (hereinafter referred to as the «said Act») that the said land is likely to be needed for the purpose specified above.

2. All persons interested in the said land are hereby warned not to obstruct or interfere with any surveyors or other persons employed upon the said land for the purpose of the said acquisition. Any contracts for the disposal of the said land by sale, lease, mortgage, assignment, exchange or otherwise, or any outlay commenced or improvements made thereon without the sanction of the Collector appointed in paragraph 4 below, after the date of the publication of this Notification, will under clause (seventh) of section 24 of the said Act, be disregarded by him while assessing compensation for such parts of the said land as may be finally acquired.

3. If the Government is satisfied that the said land is needed for the aforesaid purpose, a declaration to that effect under section 6 of the said Act will be published in the Government Gazette, in the due course. If the acquisition is abandoned wholly or in part, the fact will be duly notified in the Government Gazette.

4. The Government is further pleased to appoint under clause (c) of section 3 of the said Act, the Land Acquisition Officer, Panaji Collector's Office, Panaji, to perform the functions of a Collector under the said Act, in respect of the said land.

5. The Government is also pleased to authorise under sub-section (2) of section 4 of the said Act, the following officers to do the acts, specified therein in respect of the said land.

1. The Collector of Goa, Panaji.
2. The Land Acquisition Officer, Panaji.
3. The Executive Engineer, Works Division II, PWD, Panaji.
4. The Director of Land Survey, Panaji.

A rough plan of the said land is available for inspection in the notice of the abovesaid Land Acquisition Officer, for a period of 30 days from the date of this Notification.

## «Land Acquisition Act 1894 (Act 1 of 1894)»

N.º PWD/LA/1258/49/69 — Atendendo a que o Governo interessado (referido daqui em diante como «Governo») acha que o terreno descrito no quadro anexo (referido daqui em diante como «aludido terreno») é de utilidade pública para os fins de construção de uma casa para o hospital em Bicholim.

Torna-se público ao abrigo do disposto na alínea (1) do artigo 4.º do «Land Acquisition Act, 1894» (referido daqui em diante como «citado Act») que o aludido terreno é necessário para os fins públicos acima referidos.

2. Os interessados no aludido terreno são por este avisados a não impedir ou interferir com os agrimensores e outro pessoal em serviço no aludido terreno, para os fins da aquisição do mesmo. Quaisquer contratos para alienação do aludido terreno, por meio de venda, arrendamento, hipoteca, cedência, troca ou de qualquer outra forma, ou quaisquer projectos ou melhoramentos feitos no mesmo, sem a autorização do Collector, nomeado no § 4.º a seguir, depois da data da publicação deste aviso, não serão tomados em consideração, ao abrigo do artigo 24.º (sétimo) do citado Act, pelos funcionários encarregados de atribuir compensação pelas partes do aludido terreno que venham a ser finalmente adquiridas.

3. Caso o Governo considere que o aludido terreno é necessário para os fins acima referidos, será publicado, oportunamente, no *Boletim Oficial*, um aviso final para esse efeito, ao abrigo do artigo 6.º do citado Act. Se a aquisição for abandonada, total ou parcialmente, o facto será notificado na devida altura, no *Boletim Oficial*.

4. O Governo nomeia, ao abrigo da alínea (c) do artigo 3.º do citado Act, o «Land Acquisition Officer», Panaji, Repartição do Collector de Panaji, para exercer as funções de Collector, ao abrigo do citado Act, em relação ao aludido terreno.

5. O Governo também autoriza, ao abrigo da alínea (2) do artigo 4.º do citado Act, as seguintes entidades oficiais para exercerem as funções especificadas na mesma lei, em relação do aludido terreno:

1. O Collector de Goa, Panaji.
2. «Land Acquisition Officer», Panaji.
3. Engenheiro Executivo, Secção de Obras II, dos Serviços das Obras Públicas em Panaji.
4. Director de Agrimensura, Panaji.

O plano do aludido terreno poderá ser consultado na Repartição do «Land Acquisition Officer», pelo período de 30 dias contado da data deste despacho.

## SCHEDULE — QUADRO

Taluka	Village	Survey No.	Plot No.	Description of the said land	Approximate Area in Sq. mts.
				Name of the person believed to be interested	
Concelho	Aldeia	Cadastro N.º	Terreno n.º	Descrição do aludido terreno	Área aproximada em m²
				Nome da pessoa que se presume ser interessada	
1	2	3	4	5	6
Bicholim	Bicholim			A plot of land believed to be held by: M/s. I. A. Gonsalves, Margao.	6100.00

By order and in the name of the Lieutenant Governor of Goa, Daman and Diu.

Balcrishna R. Naique, Principal Engineer, P.W.D. and Ex-Officio Addl. Secretary to the Govt.

Panaji, 25th June, 1969.

Por ordem e em nome do Governador-tenente de Goa, Damão e Diu.

Balcrishna R. Naique, Engenheiro-Chefe dos Serviços das Obras Públicas e Secretário Adicional ex-officio, do Governo.

Panaji, 25 de Junho de 1969.

## Land Acquisition Act 1894 (Act 1 of 1894)

No. PWD/LA/1258/50/69. — Whereas it appears to the Appropriate Government (hereinafter referred to as the «Government») that the land specified in the schedule hereto (hereinafter referred to as the «said land») is likely to be needed for a public purpose viz for construction of an approach road to Bridge on Bicholim-Maulinguem road.

Therefore the Government is pleased to notify under sub-section (1) of section 4 of the Land Acquisition Act, 1894 (hereinafter referred to as the «said Act») that the land is likely to be needed for the purpose specified above.

## «Land Acquisition Act 1894 (Act 1 of 1894)

PWD/LA/1258/50/69. — Atendendo a que o Governo interessado (referido daqui em diante como «Governo») acha que o terreno descrito no quadro anexo (referido daqui em diante como «aludido terreno») é de utilidade pública para os fins de construção duma estrada de acesso à ponte da rua Bicholim-Maulinguem.

Torna-se público ao abrigo do disposto na alínea (1) do artigo 4.º do «Land Acquisition Act, 1894» (referido daqui em diante como «citado Act») que o aludido terreno é necessário para os fins públicos acima referidos.

2. All persons interested in the said land are hereby warned not to obstruct or interfere with any surveyors or other persons employed upon the said land for the purpose of the said acquisition. Any contracts for the disposal of the said land by sale, lease, mortgage, assignment, exchange or otherwise, or any outlay commenced or improvements made thereon without the sanction of the Collector, appointed in paragraph 4 below, after the date of the publication of this Notification, will under clause (seventh) of section 24 of the said Act, be disregarded by the officer assessing compensation for such parts of the said land as may be finally acquired.

3. If the Government is satisfied that the said land is needed for the aforesaid purpose, a declaration to that effect under section 6 of the said Act will be published in the Government Gazette, in the due course. If the acquisition is abandoned wholly or in part, the fact will be duly notified in the Government Gazette.

4. The Government is further pleased to appoint under clause (c) of section 3 of the said Act, the Land Acquisition Officer, Panaji, Collector's Office, Panaji, to perform the functions of a Collector under the said Act, in respect of the said land.

5. The Government is also pleased to authorise under subsection (2) of section 4 of the said Act, the following officers to do the acts, specified therein in respect of the said land.

1. The Collector of Goa, Panaji.
2. The Land Acquisition Officer, Panaji.
3. The Director of Land Survey, Panaji.
4. The Executive Engineer, Works Division II, PWD, Panaji.

6. A rough plan of the said land is available for the inspection in the office of the abovesaid Land Acquisition Officer, for a period of 30 days from the date of this Notification.

2. Os interessados no aludido terreno são por este avisados a não impedir ou interferir com os agrimensores ou outro pessoal em serviço no aludido terreno, para os fins da aquisição do mesmo. Quaisquer contratos para alienação do aludido terreno, por meio de venda, arrendamento, hipoteca, cedência, troca ou de qualquer outra forma, ou quaisquer projectos ou melhoramentos feitos no mesmo, sem a autorização do Collector nomeado no § 4.º a seguir, depois da data da publicação deste aviso, não serão tomados em consideração; ao abrigo do artigo 24.º (sétimo) do citado Act, pelos funcionários encarregados de atribuir compensação pelas partes do aludido terreno que venham a ser finalmente adquiridas.

3. Caso o Governo considere que o aludido terreno é necessário para os fins acima referidos, será publicado, oportunamente, no *Boletim Oficial*, um aviso final para esse efeito, ao abrigo do artigo 6.º do citado Act. Se a aquisição for abandonada, total ou parcialmente, o facto será notificado, na devida altura, no *Boletim Oficial*.

4. O Governo nomeia, ao abrigo da alínea (c) do artigo 3.º do citado Act, o «Land Acquisition Officer», Panaji, Repartição do Collector de Panaji, para exercer as funções de Collector, ao abrigo do citado Act, em relação ao aludido terreno.

5. O Governo também autoriza, ao abrigo da alínea (2) do artigo 4.º do citado Act, as seguintes entidades oficiais para exercerem as funções especificadas na mesma lei, em relação ao aludido terreno.

1. O Collector de Goa, Panaji.
2. O «Land Acquisition Officer», Panaji.
3. O Director de Agrimensura, Panaji.
4. O Engenheiro Executivo, Secção de Obras II dos Serviços das Obras Públicas, Panaji.

O plano do aludido terreno poderá ser consultado na Repartição do «Land Acquisition Officer», pelo período de 30 dias contado da data deste despacho.

## SCHEDULE—QUADRO

Taluka	Village	Survey No.	Plot No.	Description of the said land	Approximate area in sq. mts.
Concelho	Aldeia	Cadastro n.º	Terreno n.º	Names of the persons believed to be interested	Area aproximada em m²
				Descrição do aludido terreno	
				Nomes das pessoas que se presumem ser interessadas	
				A strip of land believed to be held by:	
				1) Shri Shripad Naik, Bicholim	961.00
				2) Shri Xantaram Borde, residing at Bombay.	498.00
				Total	1459.00

By order and in the name of the Lieutenant Governor of Goa, Daman and Diu.

Balcrishna R. Naique, Principal Engineer, P. W. D. and Ex-Officio Addl. Secretary to the Government.

Panaji, 25th June, 1969.

Por ordem e em nome do Governador-tenente de Goa, Damão e Diu.

Balcrishna R. Naique, Engenheiro-Chefe das Obras Públicas e Secretário adicional ex-officio do Governo.

Panaji, 25 de Junho de 1969.

## Industries and Power Department

Order

2/32/69-Elect

On the recommendation of the Union Public Service Commission, Shri Thanuiyer Nagarajan is hereby temporarily appointed to the post of Assistant Engineer in the Electricity Department with effect from 14th April, 1969 F. N. on minimum of the scale of pay as recommended by the Union Public Service Commission in the scale of Rs. 350-25-500-30-590-EB-30-800-EB-30-830-35-900 and other allowances as admissible under the rules from time to time on the terms and conditions contained in Government Memorandum no. 2/32/69-Elect/465 dated 15th March, 1969.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

V. H. Sakhalakar, Under Secretary, Industries and Labour Department.

Panaji, 31st May, 1969.

## Departamento de Indústrias e Energia

Portaria

2/32/69-Elect

Sob a recomendação da Comissão de Serviço Público da União, o Sr. Thanuiyer Nagarajan, é nomeado, temporariamente, engenheiro assistente do Departamento de Electricidade com efeito a partir de 14 de Abril de 1969, antes do meio-dia com o mínimo da escala de vencimento recomendada pela Comissão de Serviço Público da União na escala de Rps. 350-25-500-30-590-EB-30-800-EB-30-830-35-900 e outros subsídios admissíveis ao abrigo das normas, periodicamente, nos termos e condições contidas no memorando n.º 2/32/69-Elect/465, de 15 de Março de 1969.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

V. H. Sakhalakar, Subsecretário do Departamento de Indústrias e Trabalho.

Panaji, 31 de Maio de 1969.

Order

2/39/69-Elect

On the recommendation of the Union Public Service Commission, Shri Raosaheb Annasaheb Ghali is hereby temporarily appointed to the post of Assistant Engineer in the Electricity Department with effect from 31st March, 1969 F.N. on minimum of the scale of pay as recommended by the U.P.S.C. in the scale of Rs. 350-25-500-30-590-EB-30-800-EB-30-830-35-900 and other allowances as admissible under the rules from time to time on the terms and conditions contained in Govt. Memo. no. 2/39/69/Elect/466 dated 15-3-1969.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

V. H. Sakhalakar, Under Secretary, Industries and Labour Department.

Panaji, 28th June, 1969.

Notification

5-3/69-IPD

Notification No. 10(3)/69-MII dated 15-5-1969 issued by the Ministry of Petroleum and Chemicals and Mines and Metals, (Department of Mines and Metals), New Delhi, is hereby republished for the information of general public.

V. H. Sakhalakar, Under Secretary, Industries and Labour Department.

Panaji, 19th June, 1969.

## GOVERNMENT OF INDIA

MINISTRY OF PETROLEUM & CHEMICALS AND MINES & METALS  
(Department of Mines and Metals)

New Delhi, the 15th May, 1969

Notification

No. 10(3)/69-MII—In pursuance of the powers conferred by section 22 of the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957, (67 of 1957) and in supersession of the notification of the Government of India in the late Ministry of Mines and Fuel No. MII-185(4)/62 dated 18th September, 1962, the Central Government, hereby authorises—

- (a) the Controller, Indian Bureau of Mines;
- (b) the Controller of Mines, Indian Bureau of Mines;
- (c) the Regional Controller of Mines, Indian Bureau of Mines; and
- (d) the Mineral Economist, Indian Bureau of Mines to prefer complaints in writing in respect of any offence punishable under the said Act or any rules made thereunder.

Sd/-

A. SETHUMADHAVAN

Under Secretary to the Government of India.

Labour and Information Department

Order

LC/14/MDB/69/570

The following Notification from the Government of India, Ministry of Labour, Employment and Rehabilitation (Department of Labour and Employment), New Delhi, issued under the Mormugao Dock Workers (Regulation of Employment)

Portaria

2/39/69-Elect

Sob a recomendação da Comissão de Serviço Público da União, o Sr. Raosaheb Annasaheb Ghali, é nomeado, temporariamente, engenheiro assistente dos Serviços de Electricidade a partir de 31 de Março de 1969, antes do meio-dia, com o mínimo da escala de vencimento recomendada pela Comissão de Serviço Público da União, de Rps. 350-25-500-30-590-EB-30-800-EB-30-830-35-900 e outros subsídios admissíveis segundo as normas, periodicamente e sujeito às condições constantes do memorandum n.º 2/39/69-Elect/466, de 15 de Março de 1969.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

V. H. Sakhalakar, Subsecretário de Indústrias e Trabalho.

Panaji, 28 de Junho de 1969.

Despacho

5-3/69-IPD

A seguir se torna a publicar para conhecimento do público o despacho n.º 10(3)/69-MII de 15 de Maio de 1969, expedido pelo Ministério de Petróleo e Químicos e Minas e Metais (Departamento de Minas e Metais), de Nova-Delhi.

V. H. Sakhalakar, Subsecretário do Departamento de Indústrias e Trabalho.

Panaji, 19 de Junho de 1969.

## GOVERNO DA INDIA

MINISTÉRIO DO PETRÓLEO E QUÍMICOS E MINAS E METAIS  
(Departamento de Minas e Metais)

Nova Delhi, 15 de Maio de 1969

Despacho

N.º 10(3)/69-MII—Em virtude dos poderes conferidos pela norma 22.ª de Minas e Metais (Regulação e Desenvolvimento) Act, 1957, (67 of 1957) e em substituição do despacho do Governo da Índia do Ministério de Minas e Combustível n.º MII-185(4)/62 de 18 de Setembro de 1962, o Governo Central, autoriza por este:—

- (a) O Controlador da Agência de Minas da Índia;
- (b) O Controlador de Minas, da Agência de Minas da Índia;
- (c) O Controlador Regional de Minas, da Agência de Minas da Índia; e
- (d) O Administrador do Minério, da Agência de Minas da Índia para submeter as queixas por escrito em relação às ofensas puníveis ao abrigo do dito Act e quaisquer normas feitas ao abrigo do mesmo.

Sd/-

A. SETHUMADHAVAN

Subsecretário do Governo da Índia.

Departamento de Trabalho e Informação

Portaria

LC/14/MDB/69/570

Para conhecimento geral a seguir se torna a publicar o despacho do Ministério de Trabalho, Emprego e Reabilitação (Departamento de Trabalho e Emprego), Nova-Delhi, expe-



Scheme, 1965, is hereby republished for information of all concerned.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

V. H. Sakhalakar, Under Secretary, Industries and Labour Department.

Panaji, 25th June, 1969.

#### Notification

29th May, 1969

57/10/67-Fac. II

S. O. — In exercise of the powers conferred by sub-clause (1) of clause 5 of the Mormugao Dock Workers (Regulation of Employment) Scheme, 1965, and in supersession of the notification of the Government of India in the late Ministry of Labour and Employment No. S.O. 2629 dated the 23rd August, 1966, the Central Government hereby appoints the Mormugao Stevedores' Association as the Administrative Body for the purpose of carrying on day-to-day administration of the said scheme.

C. RAMDAS  
Under Secretary

#### Notification

IT/PL-TAB(113)65-69

In pursuance of Resolution no. 22 passed in the XII meeting of Tourist Development Council the Government of Goa, Daman and Diu is pleased to constitute the State Tourist Development Committee to co-ordinate efforts of development of tourism by private sector, Government and the general public, consisting of the following members: —

1. Chief Minister — Chairman.
2. Minister of Information and Tourism — Vice-Chairman.
3. Director of Information and Tourism — Member-Secretary.
4. Secretary of Information and Tourism — Member.
5. Finance Secretary — Member.
6. Director of Health Services — Member.
7. Principal Engineer, P. W. D. — Member.
8. Director of Transport — Member.
9. Conservator of Forests — Member.
10. Director, Government of India, Tourist Office, Bombay — Member.
11. Representatives of Indian Airlines Corporation — Member.
12. Area Superintendent, South Central Railway — Member.
13. Director, Goa Archives, Panaji — Member.
14. Mayor, Panaji Municipality — Member.
15. Mayor, Bardez Municipality — Member.
16. Mayor, Salcete Municipality — Member.
17. Shri J. J. Shinkre, M. P. from Goa (North) — Member.
18. Representatives of Menezes Air Travel — Member.
19. Representatives of Dempo Travel Agency — Member.
20. Editor, The Navhind Times — Member.
21. Editor, Gomantak — Member.
22. Shri Valente Sequeira, M. L. A. (Candolim) — Member.
23. Shri Shankar Sardesai, Secretary of the Natya Academy from Goa, Daman and Diu — Member.

V. H. Sakhalakar, Under Secretary, Industries and Labour Department.

Panaji, 19th June, 1969.

#### Notification

I&L/1480/69/559

Notification no. 7-PG(5)/69 dated 11th June, 1969 issued by the Ministry of Shipping & Transport (Transport Wing) Government of India, New Delhi, is hereby republished for the information of general public.

V. H. Sakhalakar, Under Secretary, Industries and Labour Department.

Panaji, 21st June, 1969.

dido ao abrigo do «Mormugao Dock Workers (Regulation of Employment) Scheme, 1965».

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

V. H. Sakhalakar, Subsecretário, Departamento de Indústrias e Trabalho.

Panagi, 25 de Junho de 1969.

#### Despacho

29 de Maio de 1969

57/10/67-Fac. II

S. O. — No uso das faculdades conferidas pela alínea (1) do parágrafo 5.º do «Mormugao Dock Workers (Regulation of Employment) Scheme, 1965» e em substituição do despacho do Governo da Índia do Ministério do Trabalho e Emprego N.º S.O. 2649 de 23 de Agosto de 1966, o Governo Central designa a Associação dos Estivadores de Mormugão como corpo gerente a fim de tratar dos assuntos administrativos quotidianos do referido esquiema.

C. RAMDAS  
Subsecretário

#### Despacho

IT/PL-TAB(113)65-69

De harmonia com a resolução n.º 22 tomada na XII do conselho de desenvolvimento de Turismo, o Governo de Goa, Damão e Diu, constitui a comissão estadual para o desenvolvimento de turismo a fim de coordenar os esforços para o desenvolvimento de turismo pelo sector particular, Governo e o público em geral, composta dos seguintes membros:

1. Ministro-Chefe — Presidente.
2. Ministro de Informação e Turismo — Vice-presidente.
3. Director de Informação e Turismo — Vogal Secretário.
4. Secretário de Informação e Turismo — Vogal.
5. Secretário de Finanças — Vogal.
6. Director dos Serviços de Saúde — Vogal.
7. Engenheiro-Chefe dos Serviços das Obras Públicas — Vogal.
8. Director de Transporte — Vogal.
9. Conservador das Matas — Vogal.
10. Director da Repartição de Turismo do Governo da Índia em Bombaim — Vogal.
11. Representantes da Indian Airlines Corporation — Vogal.
12. Superintendente da Area, South Central Railway — Vogal.
13. Director dos Arquivos de Goa, Panaji — Vogal.
14. Presidente da Câmara Municipal de Panaji — Vogal.
15. Presidente da Câmara Municipal de Bardes — Vogal.
16. Presidente da Câmara Municipal de Salsete — Vogal.
17. Sr. J. J. Shinkre M. P. por Goa (Norte) — Vogal.
18. Representantes da Menezes Air Travel — Vogal.
19. Representantes da Dempo Travel Agency — Vogal.
20. Redactor do Navhind Times — Vogal.
21. Redactor do Gomantak — Vogal.
22. Sr. Valente Sequeira, M. L. A. (Candolim) — Vogal.
23. Sr. Shankar Sardesai, Secretário da Natya Academy de Goa, Damão e Diu — Vogal.

V. H. Sakhalakar, Subsecretário do Departamento de Indústrias e Trabalho.

Panagi, 19 de Junho de 1969.

#### Despacho

I&L/1480/69/559

A seguir se publica para o conhecimento do público o despacho n.º 7-PG(5)/69 de 11 de Junho de 1969 do Ministério de Navegação e Transportes (Repartição de Transportes) do Governo de Nova-Delhi.

V. H. Sakhalakar, Subsecretário do Departamento de Indústrias e Trabalho.

Panagi, 21 de Junho de 1969.

## GOVERNMENT OF INDIA

## MINISTRY OF SHIPPING &amp; TRANSPORT

(Transport Wing)

New-Delhi, the 11th June, 1969.

## Notification

G. S. R. Whereas, Goa Mineral Ore Exporters' Association has made default in election a Trustee on the Board of Trustees for the Port of Mormugao under clause (d) of sub-section (1) of section 3 of the Major Port Trusts Act, 1963 (38 of 1963), within the period specified in sub-section (3) of section 10 of the said Act;

Now, therefore, in pursuance of sub-section (2) of section 12 of the said Act, the Central Government hereby appoints Shri R. S. Mallya as a Trustee for the Port of Mormugao representing Goa Mineral Ore Exporters' Association for the period ending with the 31st March, 1970, vice Shri Anil V. Salgaocar, resigned.

(No. 7-PG(5)/69)

Sd/-

K. L. GUPTA

Under Secretary to the Govt. of India

## Notification

LC/3/LL/69/576

In exercise of the powers conferred by sub-section (1) of section 492 of the Code of Criminal Procedure, 1898 (V of 1898), as extended to the Union territory of Goa, Daman and Diu and in supersession of the Government Notification no. LC/3/LL/68, dated 6th January, 1969 the Lieutenant Governor of Goa, Daman and Diu, hereby appoints the Labour Enforcement Officers in the Organisation of the Chief Labour Commissioner (Central) stationed in the Union territory of Goa, Daman and Diu, as the Public Prosecutors for the purposes of conducting prosecutions under the Industrial Disputes Act, 1947; Industrial Employment (Standing Orders) Act, 1946; Payment of Wages Act, 1936; Minimum Wages Act, 1948; Employment of Children Act, 1938 and Coal Mines Provident Fund and Bonus Schemes Act, 1948 in relation to the Industries and undertakings in respect of which the Central Government is the appropriate Government.

By order and in the name of the Lt. Governor of Goa, Daman and Diu.

V. H. Sakthalkar, Under Secretary, Industries and Labour Department.

Panaji, 26th June, 1969.

## Public Health Department

## Order

V-2/68-GMC/9231

On the recommendation of the Union Public Service Commission, Dr. Gopalkrishna Sharma is hereby temporarily appointed to the post of Assistant Professor of Medicine in the Goa Medical College with effect from 9-5-69 (FN) in the scale of Rs. 570-30-600-35-670-EB-35-950 plus non-practising allowance @ 25% of basic pay subject to a minimum of Rs. 150/- and a maximum of Rs. 400/- P. M. plus other allowances as admissible under the rules from time to time on the terms and conditions contained in Government Memorandum no. V-2/68-GMC/9231 dated 31-3-1969.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

V. H. Sakthalkar, Under Secretary (Health).

Panaji, 29th May, 1969.

## GOVERNO DA INDIA

## MINISTÉRIO DE NAVEGAÇÃO E TRANSPORTES

(República de Transportes)

Nova-Delhi, 11 de Junho de 1969.

## Despacho

Considerando que a Associação dos Exportadores do Minério de Goa deixou de eleger, como lhe competia, um representante para o Conselho da Administração do Porto de Mormugão, ao abrigo da alínea (d) do parágrafo (1) do artigo 3.º do «Major Port Trusts Act, 1963 (38 of 1963)», dentro do prazo estabelecido pelo parágrafo (3) do artigo 10.º do dito Act;

O Governo Central designa ao abrigo do parágrafo (2) do artigo 12.º do dito Act o Sr. R. S. Mallya, como representante da Associação dos Exportadores do Minério de Goa na Administração do Porto de Mormugão por período que vai até 31 de Março de 1970, em substituição do Sr. Anil V. Salgaocar, que foi exonerado a seu pedido.

[No. 7/P(5)/69]

Sd/-

K. L. GUPTA

Subsecretário do Governo da Índia

## Despacho

LC/3/LL/69/576

No uso das faculdades conferidas pelo parágrafo (1) do artigo 492.º do «Code of Criminal Procedure, 1898 (V of 1898)», conforme foi tornado extensivo ao território da União de Goa, Damão e Diu e em substituição do despacho n.º LC/3/LL/68, de 6 de Janeiro de 1969, o Governador-tenente de Goa, Damão e Diu, nomeia os «Labour Enforcement Officers» da Repartição do Comissário-Chefe de Trabalho (Central) colocados no Território da União de Goa, Damão e Diu, como promotores de justiça, tratando-se das infracções do disposto no «Industrial Disputes Act, 1947»; «Industrial Employment (Standing Orders) Act, 1946»; «Payment of Wages Act, 1936»; «Minimum Wages Act, 1948»; «Employment of Children Act, 1938» e «Coal Mines Provident Fund and Bonus Schemes Act, 1948» e em relação às indústrias e empresas, no caso das quais o Governo Central é o Governo competente.

Por ordem e em nome do Governador-tenente de Goa, Damão e Diu.

V. H. Sakthalkar, Subsecretário do Departamento de Indústrias e Trabalho.

Panaji, 26 de Junho de 1969.

## Departamento de Saúde Pública

## Portaria

V-2/68-GMC/9231

Sob a recomendação da Comissão de Serviço Público da União o Dr. Gopalkrishna Sharma é nomeado temporariamente, Professor Assistente de Medicina da Faculdade de Medicina de Goa, com efeito a partir de 9 de Maio de 1969, (antes do meio-dia), na escala de vencimento de Rps. 570-30-600-35-670-EB-35-950 acrescido do subsídio de 25% do vencimento-base, por não lhe ser permitido o exercício da profissão, sujeito ao mínimo de Rps. 150/- e ao máximo de Rps. 400/- por mês e doutros subsídios admissíveis segundo as normas, sujeito às condições constantes do memorando n.º V-2/68-GMC/9231, de 31 de Março de 1969.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

V. H. Sakthalkar, Subsecretário (Saúde).

Panaji, 29 de Maio de 1969.

## Order

V-2/68-GMC/9238

On the recommendation of the Union Public Service Commission, Dr. P. C. Venkatadri is hereby temporarily appointed to the post of Assistant Professor of Orthopaedics in the Goa Medical College with effect from 13-5-69 (FN) in the scale of Rs. 570-30-600-35-670-EB-35-950 plus non-practising allowance @ 25% of basic pay subject to a minimum of Rs. 150/- and a maximum of Rs. 400/- P.M. plus other allowances as admissible under the rules from time to time on the terms and conditions contained in Government Memorandum No. V-2/68-GMC/9238, dated 25-2-1969.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

V. H. Sakhalakar, Under Secretary (Health).

Panaji, 29th May, 1969.

## Order

V-2/68-GMC/8596

Dr. Chander Prakash Bahl, a candidate selected by the Union Public Service Commission, is hereby temporarily appointed to the post of Professor of Anaesthesiology in the Goa Medical College with effect from 2nd June 1969 on the terms and conditions contained in the Government Memorandum no. V-2/68-GMC/8596 dated 25-2-69.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

V. H. Sakhalakar, Under Secretary (Health).

Panaji, 12th June, 1969.

## Order

V-2/68-GMC/9228

Dr. Shyam Kumar Parashar, a candidate selected by the Union Public Service Commission, is hereby temporarily appointed to the post of Assistant Professor of Surgery in the Goa Medical College with effect from 31-5-69 on the terms and conditions contained in the Government Memorandum No. V-2/68-GMC/9228 dated 31st March, 1969.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

V. H. Sakhalakar, Under Secretary (Health).

Panaji, 19th June, 1969.

## Order

V-2/69-GMC/2513

Dr. (Smt) N. Subramaniam Champakam, a candidate selected by the Union Public Service Commission, is hereby temporarily appointed to the post of Lecturer in Surgery in the Goa Medical College with effect from 28th May, 1969 (A.N.) on the terms and conditions contained in the Government Memorandum No. V-2/69-GMC/2513 dated 14-4-69.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

V. H. Sakhalakar, Under Secretary (Health).

Panaji, 19th June, 1969.

## Order

V-2/69-GMC/1978

Dr. Tejinder Kumar Malik, a candidate selected by the Union Public Service Commission, is temporarily appointed to the post of Assistant Professor of Surgery in the Goa Medical College with effect from 11th June, 1969, on the terms and conditions contained in the Government Memorandum No. V-2/69-GMC/1978 dated 31-3-69.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

V. H. Sakhalakar, Under Secretary (Health).

Panaji, 25th June, 1969.

## Portaria

V-2/68-GMC/9238

Sob a recomendação da Comissão de Serviço Público da União, o Dr. P. C. Venkatadri é nomeado, temporariamente, professor assistente de Ortopedia da Faculdade de Medicina de Goa, com efeito a partir de 13 de Maio de 1969 (antes do meio-dia), na escala de vencimento de Rps. 570-30-600-35-670-EB-35-950 acrescida do subsídio de 25% do vencimento-base, por não lhe ser permitido o exercício da profissão, sujeito ao mínimo de Rps. 150/- e ao máximo de Rps. 400/- por mês e doutros subsídios admissíveis segundo as normas sujeito às condições constantes do memorando n.º V-2/68-GMC/9238, de 25 de Fevereiro de 1969.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

V. H. Sakhalakar, Subsecretário (Saúde).

Panaji, 29 de Maio de 1969.

## Portaria

V-2/68-GMC/8596

Dr. Chander Prakash Bahl, candidato escolhido pela Comissão de Serviço Público da União, é nomeado temporariamente para o lugar de professor de Anestesiologia na Faculdade de Medicina de Goa, com efeito a partir de 2 de Junho de 1969, com as condições contidas no memorando do Governo n.º V-2/68-GMC/8596, de 25 de Fevereiro de 1969.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

V. H. Sakhalakar, Subsecretário (Saúde).

Panaji, 12 de Junho de 1969.

## Portaria

V-2/68-GMC/9228

Dr. Shyam Kumar Parashar, candidato escolhido pela Comissão de Serviço Público da União, é nomeado, temporariamente, professor assistente de Cirurgia da Faculdade de Medicina de Goa, com efeito a partir de 31 de Maio de 1969, nos termos e condições contidas no memorando n.º V-2/68-GMC/9228, de 31 de Março de 1969.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

V. H. Sakhalakar, Subsecretário (Saúde).

Panaji, 19 de Junho de 1969.

## Portaria

V-2/69-GMC/2513

Dra. N. Subramaniam Champakam, candidata escolhida pela Comissão de Serviço Público da União, é nomeada, temporariamente, leccionadora em Cirurgia da Faculdade de Medicina de Goa, com efeito a partir de 28 de Maio de 1969 (depois do meio-dia), nos termos e condições contidas no memorando n.º V-2/69-GMC/2513, de 14 de Abril de 1969.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

V. H. Sakhalakar, Subsecretário (Saúde).

Panaji, 19 de Junho de 1969.

## Portaria

V-2/69-GMC/1978

Dr. Tejinder Kumar Malik, candidato escolhido pela Comissão de Serviço Público da União, é nomeado, temporariamente, professor de cirurgia da Faculdade de Medicina de Goa, com efeito a partir de 11 de Junho de 1969, nos termos e condições contidas no memorando n.º V-2/69-GMC/1978, de 31 de Março de 1969.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

V. H. Sakhalakar, Subsecretário (Saúde).

Panaji, 25 de Junho de 1969.

## Notification

A-9/69. DHS/2656

Government of India, Ministry of Health, Family Planning and Works Housing and Urban Development's Notification No. 1-57/68.-D. dated 30-4-69, published in Part II, Section 3 Sub-section (ii) of the Gazette of India and hereby re-published for general public information.

V. H. Sakhalakar, Under Secretary (Health).

Panaji, 23rd June, 1969.

## Notification

For the purposes of rules 71 and 76 of the Drugs and Cosmetics Rules, 1945 and supersession of the Notification of the Government of India in the late Ministry of Health No. F.1-13/60-D, dated the 19th December, 1960, the Central Government hereby recognises the following Universities in respect of the degrees specified against them, namely:—

- I
1. Andhra University
2. Banaras Hindu University
3. Bangalore University
4. Birla Institute of Technology and Science Pilani
5. Bombay University
6. Gujarat University
7. Madras University
8. Madurai University
9. Mysore University
10. Jadavpur University
11. Nagpur University
12. Punjab University
13. Rajasthan University
14. Saugar University
15. Shivaji University

Degree in Pharmacy

- II
1. Andhra University
2. Banaras Hindu University
3. Bombay University
4. Gujarat University
5. Madras University
6. Nagpur University
7. Punjab University
8. Rajasthan University
9. Saugar University

Degree in Pharmaceutical Chemistry

- III
1. Agra University
2. Aligarh Muslim University
3. Allahabad University
4. Andhara University
5. Anuamalai University
6. Banaras Hindu University
7. Baroda University
8. Bangalore University
9. Bhagalpur University
10. Bihar University
11. Bombay University
12. Burdwan University
13. Calcutta University
14. Delhi University
15. Dibrugarh University
16. Gauhati University
17. Gorakhpur University
18. Gujarat University
19. Indore University
20. Jabalpur University
21. Jadavpur University
22. Jammu and Kashmir University
23. Jiawaji University
24. Jothpur University
25. Kalyani University
26. Karnatak University
27. Kerala University
28. Lucknow University
29. Madras University
30. Madurai University
31. Magadh University
32. Marathwada University

Degree in Science with Chemistry as a principal subject.

## Despacho

A-9/69. DHS/2656

A seguir se torna a publicar para conhecimento do público o despacho n.º 1-57/68.-D. de 30 de Abril de 1969, do Ministério de Saúde, Planeamento de Família e Construção de Casas e Desenvolvimento Urbano do Governo da Índia, publicado na Parte II, artigo 3.º do parágrafo (ii) do Boletim da Índia.

V. H. Sakhalakar, Subsecretário (Saúde).

Panaji, 23 de Junho de 1969.

## Despacho

Para os fins das normas 71.ª e 76.ª do Drugs and Cosmetics Rules, 1945 e em substituição do despacho do Governo da Índia ao Ministério de Saúde n.º F.1-13/60-D, de 19 de Dezembro de 1960, o Governo Central designa as seguintes Universidades em relação aos cursos especificados em relação às mesmas, como Universidades reconhecidas.

- I
1. Andhra University
2. Banaras Hindu University
3. Bangalore University
4. Birla Institute of Technology and Science Pilani
5. Bombay University
6. Gujarat University
7. Madras University
8. Madurai University
9. Mysore University
10. Jadavpur University
11. Nagpur University
12. Punjab University
13. Rajasthan University
14. Saugar University
15. Shivaji University

Curso em Farmácia.

- II
1. Andhra University
2. Banaras Hindu University
3. Bombay University
4. Gujarat University
5. Madras University
6. Nagpur University
7. Punjab University
8. Rajasthan University
9. Saugar University

Curso em Química Farmacêutica

- III
1. Agra University
2. Aligarh Muslim University
3. Allahabad University
4. Andhara University
5. Anuamalai University
6. Banaras Hindu University
7. Baroda University
8. Bangalore University
9. Bhagalpur University
10. Bihar University
11. Bombay University
12. Burdwan University
13. Calcutta University
14. Delhi University
15. Dibrugarh University
16. Gauhati University
17. Gorakhpur University
18. Gujarat University
19. Indore University
20. Jabalpur University
21. Jadavpur University
22. Jammu and Kashmir University
23. Jiawaji University
24. Jothpur University
25. Kalyani University
26. Karnatak University
27. Kerala University
28. Lucknow University
29. Madras University
30. Madurai University
31. Magadh University
32. Marathwada University

Curso de Ciências com cadeira principal de Química

## III

33. Meerut University
34. Mysore University
35. Nagpur University
36. North Bengal University
37. Osmanin University
38. Patna University
39. Punjab University
40. Poona University
41. Ranchi University
42. Ravi Shanker University
43. Rajasthan University
44. Saugar University
45. Sardar Vallbhai Vidyapeeth
46. Shri Venkateswara University
47. Utkal University
48. Vicram University

Degree in Science with  
Chemistry as a prin-  
cipal subject.

## III

33. Meerut University
34. Mysore University
35. Nagpur University
36. North Bengal University
37. Osmanin University
38. Patna University
39. Punjab University
40. Poona University
41. Ranchi University
42. Ravi Shanker University
43. Rajasthan University
44. Saugar University
45. Sardar Vallbhai Vidyapeeth
46. Shri Venkateswara University
47. Utkal University
48. Vicram University

Curso de Ciências com  
cadeira principal de  
Química

## IV

1. Agra University
2. Annamalai University
3. Bangalore Hindu University
4. Birla Institute of Technology and  
Science, Pilani
5. Burdwan University
6. Gauhati University
7. Indian Institute of Technology  
Madras
8. Indian Institute of Technology,  
Kanpur
9. Indian Institute of Technology  
Delhi
10. Indian Institute of Technology  
Kharagpur
11. Indian Institute of Technology  
Bombay
12. Jadavpur University
13. Osmania University
14. Roorkee University

Degree in Chemical  
Engineering.

## IV

1. Agra University
2. Annamalai University
3. Bangalore Hindu University
4. Birla Institute of Technology and  
Science, Pilani
5. Burdwan University
6. Gauhati University
7. Indian Institute of Technology  
Madras
8. Indian Institute of Technology,  
Kanpur
9. Indian Institute of Technology  
Delhi
10. Indian Institute of Technology  
Kharagpur
11. Indian Institute of Technology  
Bombay
12. Jadavpur University
13. Osmania University
14. Roorkee University

Curso em Engenharia  
Química

## V

1. Agra University
2. Andhra University
3. Banaras Hindu University
4. Bombay University
5. Calcutta University
6. Madras University
7. Nagpur University
8. Osmania University
9. Punjab University
10. Indian Institute of Technology,  
Kharagpur
11. Indian Institute of Technology,  
Bombay
12. Indian Institute of Technology,  
Kanpur
13. Indian Institute of Technology,  
Delhi
14. Indian Institute of Technology,  
Madras
15. Jadavpur University

Degree in Chemical  
Technology

## V

1. Agra University
2. Andhra University
3. Banaras Hindu University
4. Bombay University
5. Calcutta University
6. Madras University
7. Nagpur University
8. Osmania University
9. Punjab University
10. Indian Institute of Technology,  
Kharagpur
11. Indian Institute of Technology,  
Bombay
12. Indian Institute of Technology,  
Kanpur
13. Indian Institute of Technology,  
Delhi
14. Indian Institute of Technology,  
Madras
15. Jadavpur University

Curso em Tecnologia  
Química

## VI

1. Aligarh Muslim University
2. Agra University
3. Allahabad University
4. All India Institute of Medical  
Sciences, New Delhi
5. Andhra University
6. Banaras Hindu University
7. Baroda University
8. Bihar University
9. Bombay University
10. Bangalore University
11. Calcutta University
12. Delhi University
13. Dibrugarh University
14. Gujarat University
15. Gauhati University
16. Indore University
17. Jabalpur University
18. Jammu and Kashmir University
19. Jiwaji University
20. Kerala University
21. Lucknow University
22. Madras University
23. Karnatak University

Degree in Medicines

## VI

1. Aligarh Muslim University
2. Agra University
3. Allahabad University
4. All India Institute of Medical  
Sciences, New Delhi
5. Andhra University
6. Banaras Hindu University
7. Baroda University
8. Bihar University
9. Bombay University
10. Bangalore University
11. Calcutta University
12. Delhi University
13. Dibrugarh University
14. Gujarat University
15. Gauhati University
16. Indore University
17. Jabalpur University
18. Jammu and Kashmir University
19. Jiwaji University
20. Kerala University
21. Lucknow University
22. Madras University
23. Karnatak University

Curso em Medicina

VI

24. Madurai University  
 25. Marathwada University  
 26. Magadh University  
 27. Meerut University  
 28. Mysore University  
 29. Nagpur University  
 30. Osmania University  
 31. Patna University  
 32. Poona University  
 33. Punjab University  
 34. Rajasthan University  
 35. Ravi Shankar University  
 36. Ranchi University  
 37. Saugar University  
 38. Shivaji University  
 39. Shri Venkataswara University  
 40. Utkal University  
 41. Vikram University

Degree in Medicines

Sd/-

L. K. MURTHY

Under Secretary to the Government of India

VI

24. Madurai University  
 25. Marathwada University  
 26. Magadh University  
 27. Meerut University  
 28. Mysore University  
 29. Nagpur University  
 30. Osmania University  
 31. Patna University  
 32. Poona University  
 33. Punjab University  
 34. Rajasthan University  
 35. Ravi Shankar University  
 36. Ranchi University  
 37. Saugar University  
 38. Shivaji University  
 39. Shri Venkataswara University  
 40. Utkal University  
 41. Vikram University

Curso em Medicina

Sd/-

L. K. MURTHY

Subsecretário do Governo da Índia